

EM TEMPO

- O armamento americano pg. 16.
- A herança de Glauber pg. 19
- Colonos de Ronda Alta pg. 8.
- Partidos usam feminismo pg. 13.

Quinzenário nacional • Nº 135 • 3 a 16 de setembro de 1981 Cr\$ 50,00

CONCLAT

(Págs. 2 a 9)

Trabalhadores do campo e cidade preparam a Greve Geral



SALVADOR E BELO HORIZONTE

População se rebela contra a carestia e governo responde com violência e repressão.

(pág. 6)

LULA

A CONCLAT
foi um passo importante
na construção da
Central Única
dos Trabalhadores

Entrevista exclusiva nas págs. 10 e 11

PAULO FREIRE

Nos seus 16 anos de exílio o autor de Pedagogia do Oprimido trabalhou em diferentes países em processo de transformação revolucionária. Conhecido mundialmente, nunca aceitou cargos executivos e não está interessado em apresentar alternativas ao poder. Em entrevista exclusiva, avalia a crise da educação no Brasil e sugere que só o diálogo entre os próprios educadores poderá resultar em alternativas

(págs. 14 e 15)

POLÔNIA

Um ano depois das memoráveis jornadas de Gdansk, os operários poloneses realizam o I Congresso Nacional do sindicato independente Solidariedade. As teses apresentadas para discussão revelam o enorme esforço dos operários de encontrar, em meio a um clima de enorme tensão e de crise, uma alternativa para a Polônia. Querem uma democracia socialista e um país livre dos desmandos, dos privilégios e desperdícios da burocracia que há tantos anos controla o Estado. Os socialistas do mundo inteiro acompanham com esperança a Polônia.

(págs. 16 e 17)



O governo busca um caminho

O projeto de abertura balança no ritmo das lutas de bastidores e dos descompassos da crise. A ditadura procura decifrar o futuro.

Por Juarez Guimarães

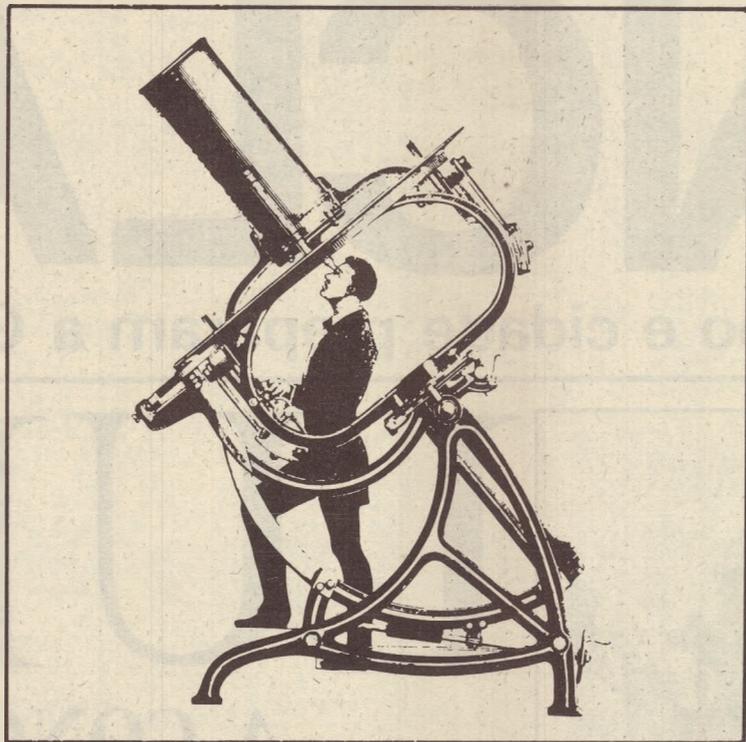
O fato da CONCLAT, um evento com desdobramentos consideráveis no plano político brasileiro, não ter merecido do governo senão uma manifestação imprecisa do ministro Murilo Macedo não é casual. O que vazou foi apenas um comentário do novo ministro da casa civil Leitão de Abreu em uma reunião fechada com líderes do PDS, na qual salientava os aspectos ilegais da conferência.

O governo teria dois caminhos de resposta: a primeira de condenação expressa, de enérgica advertência o que seria assumir frontalmente o confronto com o movimento sindical já que é impossível negar a representatividade da CONCLAT; a segunda, de tentar absorver o evento, procurando neutralizar as suas conseqüências, advertindo as lideranças sindicais para moderarem os seus discursos e se incorporarem ao ritmo da "abertura".

Nada disso, porém, aconteceu. Ao invés, o silêncio pleno de ambigüidades. Jogava o governo a cartada na divisão do movimento sindical, na possibilidade de conclusões mais conciliadoras, sendo surpreendido afinal? O que importa é que o governo, as classes dominantes não têm claro uma estratégia para enfrentar uma escalada de radicalização do movimento operário-popular, agora mais perigosa porque em vias de se unificar nacionalmente.

A injustiça e a desordem

Nestes últimos dias, mais de vinte pronunciamentos de ministros das Forças Armadas a comandantes de zonas aéreas e lideranças do governo vieram a público para falar sobre os rumos da abertura. Os tons diferentes, as ênfases diversas, as contradições expostas ou apenas sugeridas indicam a mesma conclusão anterior: eles procuram ainda um caminho.



Não houve um pronunciamento sequer que colocasse explicitamente a proposta de não atendimento do calendário eleitoral, considerada a pedra de toque das tentativas aberturistas do regime. Mas não faltou quem sugerisse, a partir dos fatos acontecidos em Salvador que as mobilizações de rua, o "aproveitamento" político da insatisfação popular poderia levar à não realização das eleições ou mesmo quem sugeriu que era insanidade das oposições pretenderem derrotar o governo nas eleições de 1982.

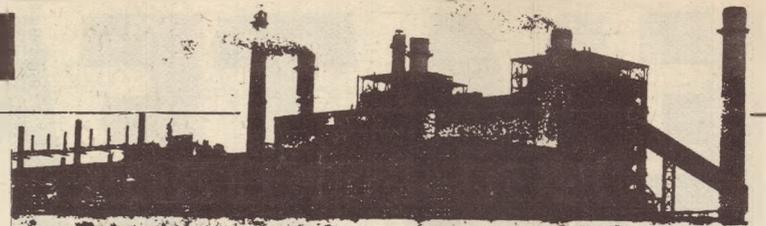
Enquanto o general Beckmann, preterido na recente promoção de comandantes para áreas do Exército, afirmava que o próximo presidente poderia ser um civil, o governo negava com carimbo oficial essa hipótese. Mais importante, ainda, a entrevista do ministro do Exército, Válder Pires, para afirmar o papel político das Forças Armadas, tese em contradição com a estratégia de Golbery de passar a bola

para as mãos de um governo com fachada civil e, ao mesmo tempo, forte.

No conjunto, porém, pode-se dizer que prevaleceu o tom forte da advertência principalmente "aos eternos inimigos da democracia", à esquerda. E a frase síntese de Leitão de Abreu, "prefiro a injustiça à desordem", ainda ecoa, a envenenar os sonhos dos que esperam as benesses da abertura e a servir de tentação para controlar um Brasil cada vez menos disposto a ser governado por este regime.

Nota da edição

Em função de uma opção por uma cobertura mais extensa da CONCLAT, deixamos para a próxima edição a análise das reformas eleitorais do governo.



As fábricas começam a sonhar

*Nesta noite eu tive um sonho
Me deixou preocupado
Vagando pela calçada
Entrei num supermercado
No sonho eu era rico
Um sujeito endinheirado
Foi pela primeira vez
Deixei de comprar fiado.*

*Fui ver o custo de vida
Tinha tudo barateado
Feijão estava sobrando
Com seu preço achatado
A inflação tinha caído
O cruzeiro valorizado
De comer tanta carne
O pobre andava enjoado*

*Eu nunca ouvi falar
De um sonho tão engraçado
Eu tinha um carro de luxo
Um chevrolet importado
Mande encher o tanque
Do meu carrão enfeitado
Dei uma nota de cem
Ainda sobrou uns trocados*

*Fui fazer uma visita
Aos amigos favelados
Fui levar o meu apoio
Como eu tinha planejado
Assim que fui chegando
Fiquei muito entusiasmado
Só tinha casas bonitas
Com varanda e até sobrado*

*Perguntei a um amigo
Que era um favelado
O que foi que aconteceu
Que estava tudo mudado
Me falou que o BNH
Tinha tudo financiado
Com prestações bem pequenas
E a entrada facilitado*

*Eu fui no INPS
Que estava sempre lotado
Não tinha mais grandes filas
E nem doente agitado
Tinha doutor sobrando
E funcionário educado
Não vi ninguém reclamando
E nem pão alejado.*

*Eu fui no sindicato
Fiquei até admirado
Por ver o Lula tranqüilo
Numa poltrona deitado
Após as grandes batalhas
Vítoria tinha chegado
Até o João Ferrador
Já tinha se aposentado.*

*Quando as coisas melhoram
Deixa a gente desconfiado
Então tentei descobrir
Porque tinha melhorado
Fiquei muito contente
Com os jornais falado
Vou dizer logo abaixo
Porque o Brasil foi mudado.*

*O ministro Cesar Cals
Foi o primeiro azarado
Foi num poço de petróleo
Que ele morreu afogado
Assim se deu com Maluf
Por ser tão assanhado
E o Said Farát
Morreu de papo furado*

*O ministro Arco Verde
No hospital foi internado
Por conta do INPS
A consulta foi marcada
Por falta de doutor
Morreu sem ser consultado
Assim se deu com Resende
Por um carro atropelado*

*O povo fez a justiça
Tinham tudo planejado
Expulsaram o Delfim Neto
Do Brasil foi confinado
Por montar uma poupança
Com o dinheiro do Estado
Junto com Hernani Galvêas
Por nele ter confiado*

*O ministro Ludwig
Tentando ser educado
Mandou o Hélio Beltrão
Tomar no lugar errado
Que a desburocratização
Deixou tudo complicado
Até o Ibraim Ab Ackel
Havia renunciado*

*O Figueiredo sozinho
Com o Brasil desgovernado
Convidou Murilo Macedo
Pois já tinham combinado
Vieram para São Paulo
Em um cavalo emprestado
Prá morrer em juquiri
Os dois foram condenados*

*O que é bom dura pouco
Assim diz o ditado
Onde vi que foi um furo
O que eu tinha sonhado
Acordei vi a mentira
Fiquei muito revoltado
Voltei a ser um pão
E ainda desempregado...*

Escrita por um pão da Volks

DÊ UMA FORÇA.

Leia, divulgue,
assine.

A Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros — SP • CEP: 050414 • Fone: 852-8880
Estou enviando o chequepor uma assinatura anual

Comum: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:
Endereço:Bairro
Cidade:Estado.....CEP:.....



CONCLAT

Mais de 5 mil trabalhadores de todo o país reuniram-se durante os dias 21 a 23 de agosto na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. E resolveram dar um basta ao governo partindo para uma luta unificada a nível nacional contra a ditadura e os patrões. Aqui, e nas 5 páginas seguintes, a cobertura completa da CONCLAT e as resoluções aprovadas, num contraponto aos principais acontecimentos da aguda crise que abala o País. E mais, nas págs. 10 e 11, exclusivo para o *EM TEMPO*, Lula e seus companheiros do ABC dão um balanço neste acontecimento histórico e traçam os próximos passos da luta.

Explorados de todo o Brasil, unidos!

Uma crise econômica, política e social avança no país: inflação galopante, endividamento externo e interno, desemprego, articulação dos grupos "duros" do regime, lutas internas ao próprio bloco no poder etc. Em meio a esse quadro, a classe trabalhadora realiza a sua I Conferência Nacional, fato de histórica importância na luta da classe operária para se organizar independentemente da burguesia.

O significado deste acontecimento é apenas comparável ao nascimento do PT se tomarmos as suas características: a representatividade nacional dos mais de 5.000 delegados, a integração com os trabalhadores do campo, o método aprovado para a construção da CUT — pela via de um processo de lutas que prepare um congresso em 1982 e não pelas cúpulas como foi o surgimento do CGT — a manutenção da unidade, ainda que "suada" e o caráter claramente anti-ditatorial e anti-patronal das várias resoluções e formas de luta aprovadas.

Enfim, os trabalhadores brasileiros iniciam sua organização sindical a nível nacional deixando claras e marcadas suas novas características em relação aos anos do período pré-64: um proletariado classista e combativo, democrático e anti-burocrático se impôs na CONCLAT apesar das ameaças do regime e dos patrões, do boicote dos pelegos e das manobras da esquerda reformista.

Vinte anos depois do CGT começa a nascer uma CUT classista, combativa e democrática

O empresariado, o governo e as correntes reformistas da esquerda apostavam em fiar no programa do movimento sindical a proposta derrotista de um "pacto social". Superestimando o inegável poder burguês e a repressão do regime às lutas localizadas, o reformismo aconselha à classe operária um recuo. Para eles, a "frente democrática" exige



evitar o confronto, garantir as eleições de 1982 e... a legalidade do PCB. Por isso, para eles, a greve do ABC foi um equívoco, a CUT em 1982 é "perigosa", a greve geral é "aventura".

Evitar o confronto para salvar a "abertura"? O governo e os empresários não evitam a guerra de classes. O que eles pretendem é, no momento atual, utilizar a sua tática de guerrilhas: quebrar o movimento dos trabalhadores do campo e da cidade, combatendo-o setor por setor. A questão não é saber se há ou não confronto, mas em que condições ele se dará: com a desmoralização das lutas mais ou menos espontâneas, com os massacres localizados, com o desemprego humilhante da parcela mais combativa do movimento operário, ou então com uma resposta organizada e consistente por parte dos trabalhadores.

Não é por acaso que as discussões da CONCLAT caminham paralelamente às lutas parciais, como a dos colonos do Rio Grande do Sul, dos desempregados de São Bernardo do Campo, e as manifestações contra a carestia em Salvador etc. A classe trabalhadora vê claramente que os militares, os empresários e seus políticos levaram este país a um mar de misérias, desgraças e impasses. Deles,

ela nada pode esperar, a não ser mais desgraça.

A CONCLAT derrotou as propostas que defendiam um "pacto social"

A CONCLAT rejeitou as propostas que defendiam o "pacto social", e mostrou que os trabalhadores buscam uma resposta a essa pergunta: que país queremos e como conquistá-lo? É bem verdade que houve uma preparação problemática nos estados, retirada de delegados bastante atabalhoada, dificuldades materiais de tempo e local. Mas a realização da Conferência provou que os trabalhadores aprendem a governar seu movimento, mostrando, a quem souber ver, que aprenderão também a governar o país.

Mas o avanço ainda não está consolidado. Da CONCLAT saiu, organizada, apenas uma Comissão Nacional pró-CUT. É preciso agora organizar inter-sindicais em todos os estados a partir de encontros sindicais locais; é preciso unificar as campanhas salariais, passar pelas assembleias de categoria e inter-categoria, por um comando e plataforma comuns, e assim por diante.

Para o PT, a CONCLAT também mostrou muitas debilidades.

Efetivamente começando a se articular agora, o sindicalismo combativo conseguiu resultados positivos muito mais em função da disposição de um plenário radicalizado e intransigente contra a conciliação de classes, ficando clara a fragilidade da articulação sindical iniciada nos encontros de João Monlevade e São Bernardo. O PT viveu assim, mais uma vez, a necessidade urgente de elaborar, com base em encontros de seus ativistas, uma linha sindical para a atuação unificada do partido. E tem agora o desafio de atuar firmemente no calendário da Comissão pró-CUT, rumo ao Dia Nacional de Luta em 1º de outubro e à preparação da greve geral.

As lições e os desafios para o PT e o sindicalismo combativo

A Comissão pró-CUT pode vir a se constituir, neste processo que encaminhará as reivindicações da CONCLAT, numa verdadeira bússola e num mapa para as lutas localizadas, e não apenas para os sindicatos, mas também para os organismos do movimento popular e democrático que foram sendo criados às centenas nos últimos anos.

As lutas localizadas e explosivas mostram um vapor que, por si só, tende a se perder. A centra-

lização dessas lutas é o caminho para construir o pistão que transforme esse vapor numa única força, num único movimento.

A classe trabalhadora sabe que as reivindicações aprovadas na CONCLAT não são absurdas. São as necessidades hoje mais sentidas dos explorados deste país. Mas sabe também que não são realizáveis por este governo e neste modelo econômico.

Plano de Lutas, Greve Geral e Constituinte: a mobilização que trará para o seio do movimento operário a questão do poder

O Plano de Lutas (ver página seguinte) e seu encaminhamento tendem, portanto, a receber uma resposta dura do governo, como tem ocorrido com as lutas localizadas em Ronda Alta, Salvador e nas últimas greves. E a direção não pode aconselhar o recuo — como faz o reformismo — que é uma forma de fazer aceitar a surra. Ela tem aí uma responsabilidade enorme: a de, à luz do impasse, politizar essa luta, preparando os trabalhadores para entender que é o poder que está em jogo. E, ao mesmo tempo, estimular os organismos dos trabalhadores, colocando a reivindicação de que o povo tem o direito de escolher as leis sob as quais quer viver e de construir o seu poder. É essa a reivindicação da Assembleia Nacional Constituinte, precedida da derrubada do regime militar e convocada pelas forças que se bateram por esta luta.

Tendo à mão esta bandeira da Constituinte, aprovada pela CONCLAT, a direção do movimento operário tem agora os meios e o desafio de levar a classe trabalhadora à vanguarda da luta democrática.

Este é enfim, o saldo político mais importante que a lutas deflagradas pela CONCLAT trarão: um processo de mobilização e lutas que poderá trazer para o seio do movimento operário a questão do poder.

Plano de lutas

A ser encaminhado pela Comissão Nacional PRÓ-CUT

Reivindicações centrais:

- 1) CONTRA O DESEMPREGO-estabilidade desde o 1º dia de trabalho, salário-desemprego, redução da jornada de trabalho, mantendo os salários, plano de obras públicas;
- 2) CONTRA A CARESTIA: - congelamento de preços, escala móvel de salários; reforma agrária, salário mínimo real unificado;
- 3) LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL.

Calendário: entrega das reivindicações no dia 1º de outubro. Neste dia os trabalhadores se mobilizarão unificadamente num DIA NACIONAL DE LUTA, cujas formas serão determinadas localmente (atos públicos, marchas, assembléias e greve onde for possível). Prazo até 16 de novembro para que o governo responda às reivindicações. Os trabalhadores se reunirão para avaliar (a nível nacional, regional e estadual), as condições para a deflagração da greve geral.

Formas de mobilização: realização de assembléias nos sindicatos para discutir o plano de lutas e a preparação da greve geral. As assembléias deverão preparar também o Dia Nacional de Luta, em contato com outras categorias. Deverá ser elaborado um cartaz unificado, com as reivindicações centrais e os calendários aprovados.

Surpresas e desafios da CONCLAT

Desde as discussões das quatro comissões em que foram divididos os delegados (Problemas Nacionais, Previdência Social e Política econômica, Sindicalismo e Direito do Trabalho, Política Agrária) até as plenárias finais, alguns dados ficaram evidentes. O primeiro é que o plenário estava extraordinariamente radicalizado contra as propostas mais conciliadoras e pelegas. Mas, por outro lado, enquanto as correntes políticas mais conservadoras (PCB, MR-8, PC do B, pelegada) intervinham organizadamente nas manobras e conchavos, os sindicalistas "autênticos" (do PT, oposições sindicais, católicos progressistas) atuavam desarticulados.

No último dia da conferência, o centro das discussões estaria, sem dúvida, em duas questões polêmicas: a composição da Comissão Pró-CUT e o plano de lutas (incluindo a proposta de greve geral). A primeira delas tomou tanto tempo que levou a discussão de greve geral para o final do encontro, já reduzido à metade dos participantes. Contudo, é bom observar que o plano de lutas apresentado à plenária, havia já ganhado o apoio geral nas reuniões de comissões, principalmente as do Sindicalismo e Política Econômica e Salarial.

Duas chapas para a pró-CUT

A apresentação das duas chapas para a Pró-CUT foi, sem dúvida, o momento mais crítico da CONCLAT, onde a possibilidade de um "racha" esteve bem próximo. A chapa 1, apresentada por Arnaldo Gonçalves, presidente dos metalúrgicos de Santos, era apoiada pelo PCB, pelo MR-8 e pelos sindicalistas conservadores e pelegos. Mais adiante, recebeu também o apoio do PC do B (graças à inclusão de alguns nomes apoiados por esse partido) e da CONTAG, através de seu presidente, José Francisco. A chapa 2, apresentada pelos "autênticos", era apoiada, fundamentalmente, pelo PT, pelos católicos progressistas e pelas oposições sindicais. Incluía nomes também presentes na chapa 1, como o próprio Arnaldo Gonçalves, mas afastava notórios pelegos como Joaquim Andrade, dos

metalúrgicos de São Paulo, substituído pelo candidato opositorista Waldemar Rossi.

Nesse momento, a Sagrada Aliança que apoiava a chapa 1 começou a sua bateria de grandes manobras de campo. Sucessivamente, vários sindicalistas, a começar do próprio Arnaldo Gonçalves, foram retirando seus nomes da chapa 2, numa atitude claramente divisionista e chantagista: ou saía a chapa que eles desejavam, ou então rachava. Além disso, Arnaldo foi ao microfone para acusar diretamente Lula de se "posicionar politicamente, o que é um grande dano para o movimento sindical". Além dessa estreiteza, que separa movimento sindical e política, a intervenção foi recebida com alguma surpresa: afinal, Arnaldo não está no PMDB, não fez, através de seu sindicato, campanha para inúmeros deputados?

No final, a unidade

Contudo, essa orquestração deu algum resultado, e conseguiu confundir o plenário, provocando uma votação dividida.

O racha só foi evitado porque os sindicalistas do PT, através de Olívio Dutra afirmaram sua permanência na chapa 1, porque entendiam que uma comissão nacional que saísse sem os representantes de todas as correntes não seria unitária. Além disso, Helio Doyle, sindicalista do PT, pediu uma questão de ordem e em nome da unidade, fez um apelo para um acordo que tirasse uma única chapa, onde todas as opiniões e correntes do movimento sindical estivessem representadas. Se por um lado isso significava a composição pelas correntes ideológicas e não pela representatividade dos sindicalistas, por outro, foi vista como a única maneira de evitar uma cisão no embrião da CUT. A chapa única foi apresentada a um plenário já confuso e cansado e, até certo ponto, desapontado.

E agora?

A existência de uma "coordenação nacional" para o movimento sindical tem repercussões significativas. Por um lado, esse simples fato pode arrastar para a esquerda uma infinidade de



Na CONCLAT, os trabalhadores aprendem a dirigir seu movimento

pequenos sindicatos, paralisados nem sempre pelo peleguismo, mas pelo medo do isolamento. A existência de um calendário nacional unificado para o movimento sindical é outro ganho. Por outro lado, várias vezes na história do movimento operário brasileiro e internacional, as centrais regionais e nacionais também tenderam para um papel conservador, contendo as greves locais e greves "selvagens". Nesse sentido, o governo e os patrões certamente desejariam uma central "domesticada".

Por todos esses motivos, a definição mais detalhada do plano de lutas, seu encaminhamento concreto é agora o "nó da questão". Aliás, uma pergunta ainda não formulada: para onde vai, agora, a chamada Unidade Sindical? Continuará existindo? Mas isso não significaria um tipo de "sindicalismo paralelo" que ela tanto diz condenar? Ou será reformulada, estado por estado, a partir da Comissão Pró-CUT? E, depois que o "pacto social" foi rejeitado pela CONCLAT, como ficam as negociações dos empresários com as Federações de Trabalhadores, em S. Paulo? Não se trata de um desrespeito às decisões da CONCLAT?

(Regis Moraes)

A Comissão pró-CUT

Trabalhadores urbanos: R.G. do Sul - João Paulo (vestuário), Olívio Dutra (bancários), Lauro Haggeman (jornalistas), Ricardo Baldino (Construção Civil); Santa Catarina - Alano (Federação dos Comerciantes); Paraná - Antonio Pereira (Construção Civil); São Paulo - Jacó Bittar (petroleiros), Lula (metalúrgicos), Edson Campos (bancários), Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos), Raimundo Rosas (padeiros), Hugo Peres (Federação Trabalhadores Urbanos), Clara Ant (arquitetos); Rio de Janeiro - Roberto Shabo (médicos), Ivan Pinheiro (bancários), João Carlos (petroleiros),

Jorge Bitar (engenheiros), Oswaldo Pimentel (metalúrgicos); Espírito Santo - Vitor Duaias (médicos); Pernambuco - Edvaldo Souza (eletricistas), Siqueira (metalúrgicos); Minas Gerais - João Paulo Pires (metalúrgicos), Guilherme Tell (professores), Tilden (jornalistas), João Silveira (metalúrgicos); Bahia - Gonçalo Santos (petroquímicos) e Lazaro Bilac (eletricistas); Ceará - Raimundo Guerreiro (metalúrgicos); Rio Grande do Norte - Horácio Paiva (bancários); Mato Grosso do Sul - Antonio Benjamin (industrias urbanas); Distrito Federal - Rollemberg (jornalistas); Pará - Ve-

nise (professores); Acre - Pacífico (metalúrgicos).

Trabalhadores rurais: Avelino (Pará), Jacó (Maranhão); Osmar (Piauí); João Mendes (Ceará); José Francisco (R.G. Norte); José Rodrigues (Pernambuco); Arlindo (Alagoas); Diniz (Paraíba); Julio (Sergipe); Novaes e Aluisio (Bahia); Mosquin (E. Santo); Eraldo (R. Janeiro); Roberto (SP); Galvão (M. Gerais), Pedro (M. Grosso do Sul); Edvaldo (M. Grosso); Agostinho (Paraná); Norberto (Sta. Catarina); Eugenio e Valter (R.G. Sul); Nelson (Goiás); José Francisco (CONTAG).



Desemprego aumentou 24% num ano

De acordo com as informações recém divulgadas pelo IBGE, o desemprego experimentou um aumento de 24% no espaço de um ano nas seis principais regiões metropolitanas do país. Em junho do ano passado, havia 713 mil desempregados no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife; em junho deste ano, esse número subiu para 881 mil. Neste período, para cada duas novas pessoas que chegaram ao mercado de trabalho cinco se tornaram desempregados, demonstrando que além de não absorver os novos contingentes da força de trabalho, o sistema econômico está expulsando trabalhadores de suas fileiras.

A situação é grave. A emissão de carteiras de trabalho caiu no Brasil 12% no primeiro semestre de 81 em relação a igual período do ano passado. Por sua vez, a indústria de transformação em geral experimentou no mesmo período uma queda de 3,4% no seu crescimento.

O mais importante é saber se já chegamos ao fundo do poço ou se a situação tende a se agravar ainda mais. O IBGE, a Fundação Getúlio Vargas e o SINE (Sistema Nacional de Emprego) divulgaram um documento no qual

analisam as perspectivas da economia. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, basta ver a queda do crescimento do Produto Interno Bruto, que mede o valor agregado de tudo que a economia produziu, em três períodos sucessivos. De janeiro de 1980 a janeiro de 1981, o PIB cresceu cerca de 8%; de julho de 1980 a Julho de 1981, ele cresceu apenas 2,7%; já nos seis primeiros meses deste ano, o PIB praticamente ficou estagnado.

E todos os indícios são que a escala da recessiva tende a se auto-alimentar, fazendo com que alguns setores que mantém ainda um ritmo razoável de crescimento, como a indústria de bens de consumo e particularmente a agricultura, sejam afetados. Some-se a isso, o fato do investimento estar sendo desincentivado, de um lado pela redução dos gastos do Estado (para o ano que vem está previsto um crescimento nominal de gastos do orçamento fiscal da ordem de 70% enquanto a inflação seguramente será próxima a 100%) e, de outro, pela manutenção da taxa de juros em um patamar elevado, necessária para forçar a captação de empréstimos no exterior e desafogar a situação crítica do Balanço de Pagamentos.

(J.G.)

Resistência e solidariedade

Enquanto os operários da FMB de Betim rejeitaram com 73% dos votos a proposta da empresa de reduzir a jornada de trabalho e o salário, na zona sul de São Paulo, que concentra mais de 120 mil metalúrgicos e onde o desemprego é particularmente grave, operários do PT articulam uma experiência inovadora de ajuda mútua.

É a proposta de criação de "Fundo de Solidariedade dos Trabalhadores", entidade que terá como objetivo central arrecadar e distribuir gêneros alimentícios para ajudar o trabalhador e sua família por um tempo determinado. Serão atendidos com prioridade os trabalhadores desempregados que estiverem empenhados na luta pelos direitos de sua classe e os membros costistas.

São Bernardo A cidade da angústia

Começou devargazinho no ano passado. De repente, um boato de demissão percorre a fábrica, seção por seção. São 300, 500, mil. É o facão. O clima fica pesado, ninguém conversa, ninguém pára um minuto até a sirene tocar. O ambulatório e o banheiro ficam vazios. E o que aparece de puxa-saco nesta hora...

Mas ninguém segura o facão. De surpresa, um dia você chega na fábrica e já não está empregado. Aviso prévio, um salário a mais, a primeira idéia da peãozada é abrir um negócio, um bar, uma oficina, comprar um caminhão. Mas são centenas, milhares pensando o mesmo e os bares já estão sem freguesia, o comércio mais fraco. Novo emprego? Quando existe, o salário é duas vezes menor.

Em São Bernardo do Campo, coração do "milagre brasileiro", o que cresce hoje são as favelas. Acabado o aviso prévio, ou com o salário reduzido, as famílias se mudam da casa para o barraco, do barraco para o viaduto. Também cresce o medo de assaltos, a insegurança. Tem peão arranjando emprego de vigia particular para casa de rico...

O dinheiro do aviso prévio é como um entorpecente para o peão, aticando os sonhos, adiando os problemas e para a cidade, que funciona hoje a custa de cada centavo dos avisos. Quando esse dinheiro acabar, a bomba estoura de vez.

É nesse clima que o sindicato dos metalúrgicos tem trabalhado, passo a passo, na construção de uma saída. "Enquanto na porta de uma fábrica, você atinge 10 mil trabalhadores em duas horas, para falar com 10 mil desempregados você leva mais de uma semana percorrendo os bares, os bairros, o comércio", afirmava Vicente, da diretoria eleita, na assembléia realizada dia 30 de agosto, pelo sindicato, em Vila Euclides. São Bernardo discute o desemprego, arduamente, com uma assembléia inicial de 1.500 trabalhadores. Por isso, as propostas de luta envolvem os bairros, envolvem o conjunto dos sindicatos da região e se dirigem diretamente ao governo.

O funcionamento do FST pretende ser bem simples: os recursos serão arrecadados sob a forma de cotas mensais em dinheiro de no mínimo Cr\$ 100 cruzeiros. A distribuição dos gêneros será feita em um local determinado a cada fim de semana e será estabelecida uma cota de gêneros, proporcional ao número de pessoas da família a ser atendida.

De acordo com Antonio Dias, coordenador do FST, "o objetivo maior da proposta é o de desenvolver nos trabalhadores o gosto pela união para que eles entendam que devem tentar resolver os problemas sempre juntos". O que é fundamental, pois o desemprego, além de trazer o desespero para o cotidiano da família trabalhadora, estimula o individualismo e a concorrência na classe.

(S.Z.)

Todos unidos contra o desemprego

A CONCLAT aprovou as seguintes reivindicações contra o desemprego: estabilidade no emprego desde o 1º dia de trabalho; salário desemprego, pago pelo governo; redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (jornada máxima de 40 horas semanais e escala móvel de horas de trabalho que assegure a manutenção e ampliação do quadro de funcionários); aplicação de um plano de obras públicas que atenda às necessidades de absorção de mão-de-obra.

O que é fundamental, pois até agora o governo e os patrões têm se limitado a zombar do problema do desemprego. Não há outra conclusão possível quando se examinam suas propostas..

O ministro Murilo Macedo, além de adotar a postura de sempre elogiar os critérios humanitários de demissão empregados pela empresas a cada grande massa de demitidos, acena sempre com a possibilidade de transferência de emprego através do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Uma comissão de parlamentares paulistas do PT que visitou o tal órgão, chegou à conclusão que ele só resolve o problema de emprego de seus funcionários.

Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) propôs que as empresas dessem a sua contribuição, deixando de lançar mão das horas extras. Chega a espantar o cinismo dos patrões, já que com a recessão, as horas extras são um recurso raro em meio ao crescimento da capacidade ociosa nas fábricas.

Eduardo Cota



Dia 30 de agosto, em São Bernardo

Não dá mais pra aguentar!

Como se fosse ensaiada, essa frase percorre o país, nos subúrbios, nos supermercados, nas filas de ônibus e do INPS.

Já não há como suportar a situação criada pelo governo. No trabalho, a angústia do desemprego. Em casa, a corrida atrás da inflação. Dessa vez, a gota-d'água foi o aumento nos transportes. Em Salvador e Belo Horizonte, a população recebeu com pedras na mão o aumento de 61% proposto pelas prefeituras. As primeiras reações, ainda localizadas, refletem a disposição popular em combater a política deste governo e mostram o acerto da CONCLAT em colocar o movimento sindical em cheio na luta contra a carestia. As bandeiras assumidas pela CONCLAT foram as seguintes: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; escala móvel de salários, com reajustes trimestrais automáticos, de acordo com o DIEESE; reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores: terra a quem nela trabalha; crédito aos pequenos produtores agrícolas, garantia de preços mínimos; distribuição pelo Estado da produção agrícola; com o fim dos intermediários e dos atravessadores; salário mínimo real unificado que garanta a subsistência do trabalhador e sua família.

A carestia nossa de cada dia

Com um salário mínimo em torno de Cr\$ 8.500,00, o trabalhador brasileiro, a cada dia, vê reduzida sua capacidade de comprar os bens necessários à sobrevivência. Só com a alimentação gasta em torno de 60% do salário, sobrando muito pouco para os gastos com habitação, transportes, saúde, manutenção dos filhos na escola. Lazer, nem se fala!

Os dados do DIEESE apontam para o mês de julho um aumento do custo de vida em torno de 4,8%, de 94,5% para os últimos doze anos.

Mas é na alimentação que vai o grosso dos gastos dos trabalhadores. E o DIEESE, que acompanha mês a mês a variação dos preços dos produtos da cesta básica alimentar, aponta um aumento médio de 87%.

Segundo esses dados, a ração básica mensal necessária para que uma pessoa viva e possa trabalhar custa em torno de Cr\$ 4.500,00, mais da metade do salário mínimo. No entanto, pesquisas parciais já realizadas apontam que o consumo alimentar dos trabalhadores está longe de atingir o mínimo necessário para sua sobrevivência.

Transporte: preços disparam

Além dos alimentos, os gastos com transporte e habitação a cada dia aumentam o seu peso no orçamento dos trabalhadores. Ainda segundo o DIEESE, a média dos gastos com habitação ficou em torno dos 80% e prevê-se um aumento ainda maior agora que o governo resolveu introduzir o reajuste semestral para os alugueis.

Quanto o custo de vida subiu no mês de julho de 1981 e nos últimos doze meses

Família Assalariada - São Paulo

Ítems	julho de 1981	variação em doze meses
	em %	em %
Alimentação	1,8	87,0
Habitação	8,5	79,4
Vestuário	3,7	95,1
Transporte	4,9	122,5
Equipamento Doméstico	1,3	98,3
Recreação e Fumo	34,9	197,6
Saúde	1,8	98,6
Educação e Cultura	2,6	98,8
Limpeza Doméstica	5,7	107,6
Higiene Pessoal	3,8	111,2
TOTAL	4,8	94,5

Fonte: DIEESE

O aumento dos transportes no último ano chegou a 122% em São Paulo. Um gasto que na sua maior parte é feito no deslocamento para o trabalho — o que deveria ser assumido pelos patrões — mas que recai sobre o bolso dos trabalhadores. E a situação tende a piorar caso ocorra o aumento do óleo diesel, previsto para setembro: incidirá sobre os custos de produção e comercialização de todos os produtos e elevará ainda mais o preço dos transportes.

Contendo os custos

Assustado com a reação popular contra os aumentos, o governo tenta acomodar as coisas de forma a evitar os choques, mas sem ferir os lucros dos patrões.

Alguns prefeitos do PDS, capitaneados por Jaime Lerner, de Curitiba, propõem diminuir o preço do óleo diesel para as empresas de transportes urbanos. Preocupados em reduzir os seus custos, os proprietários dessas empresas, com o beneplácito do governo, propõem soluções muito pragmáticas mas que prejudicam ainda mais o trabalhador; extensão da jornada de trabalho dos motoristas, implantação de roletas automáticas e dispensa em massa dos cobradores, além da retirada dos bancos nos ônibus para caber mais gente.

(Luci Ayala)

Salvador - BH Luta por transporte

A passeata pelo centro da cidade e a concentração em frente à Prefeitura de Salvador ocorreram em perfeita calma, apesar das provocações e da presença ostensiva de policiais armados. O que causou o conflito foi a recusa do prefeito em receber os que reivindicavam o cancelamento do aumento de 60% nas tarifas de ônibus.

De forma espontânea, a população dirigiu sua raiva contra os ônibus, que aliás são considerados os piores do Brasil, generalizando o conflito que por cinco dias transformou Salvador em uma verdadeira praça de guerra. Trinta pessoas presas, mais de cem feridos, a invasão de várias escolas é parte do saldo do movimento. Em contraposição, o movimento avançou na sua organização, reunindo num mesmo esforço as associações de bairro, sindicatos e entidades estudantis.

Belo Horizonte

A luta da população iniciada em Salvador, generaliza-se em todo o país, já conquistando algumas vitórias. O aumento de 61% nas tarifas proposto pela prefeitura de Belo Horizonte foi adiado por mais um mês.

Os bairros industriais de Contagem, em Minas, já têm toda uma tradição de luta contra as péssimas condições de transporte da região. E foi ali que começou a mobilização pelo congelamento

do preço dos transportes que rapidamente unificou outros bairros da cidade.

Com o apoio das associações comunitárias, entidades sindicais e estudantis, o Movimento pela Melhoria dos Transportes da cidade industrial organizou um ato público para exigir o congelamento dos preços das passagens e protestar contra a mecanização das roletas dos coletivos, responsáveis pela demissão de um sem número de trocadores. O ato não se realizou devido ao forte contingente da polícia militar presente no centro da cidade e sua intervenção nos bairros, obstruindo o deslocamento das pessoas.

Vários membros da Comissão Executiva do PT, da coordenação do Movimento pela Melhoria dos Transportes e o presidente da UEE de Minas foram presos. Apesar disso, o movimento já obteve algumas vitórias: além de conter o aumento imediato do preço das passagens, o mais importante foi a criação da Comissão Permanente dos Transportes, formada por representantes dos bairros, com a tarefa de levar a luta por toda a cidade, fiscalizar a efetivação das medidas conquistadas e preparar o movimento popular metropolitano para lutar pelo congelamento dos preços das passagens até o final do ano.

(da Sucursal)

RJ Assassinato impune

Mais uma vez a violência policial fez uma vítima entre trabalhadores. No dia 17 de julho passado, o pintor Lourimar Ribeiro de Assis, morador do Morro de Andaraí, foi assassinado com um tiro pelas costas pelo policial Jacinto Domingos dos Reis.

O criminoso, após balear Lourimar, ainda lhe chutou o rosto quando este estava caído. Uma testemunha presente, moradora do local, com um filho de 11 meses ao colo, foi ameaçada de morte caso contasse o que viu. Teve seu filho agredido pelo assassino.

O moradores, indignados com o fato, fizeram um abaixo-assinado e procuraram apoio junto ao PT (19ª Zona Eleitoral), Associação de Moradores de Andaraí, Pastoral de Favelas, Pastoral Penal e outras entidades para levar o caso à justiça, visando a punição do assassino. Foi feita uma petição à Procuradoria Geral da Justiça exigindo a abertura de uma ação criminal.

Apesar das denúncias feitas através da imprensa, da televisão e da ação judicial movida, o criminoso continua em liberdade e ameaçando de morte as testemunhas do crime.

(da Sucursal)

Zona Sul-SP

Quatrocentas famílias da periferia sul de São Paulo, já não podendo mais pagar os alugueis, especialmente depois do último aumento (86%), decidiram invadir um terreno da prefeitura, depois de inúmeras tentativas de que o próprio município demarcasse a área. No domingo, dia 30 de agosto, mil pes-

soas com o apoio do PT da região, dirigiram-se ao terreno, na Estrada de Guarapiranga, demarcando seus lotes para preparar a invasão, tijolos e areia nas mãos. O local, que até agora chama-se "Jardim Europa", deverá mudar de nome, segundo decisão dos futuros moradores.

(M.C.)

INPS: roubo aos trabalhadores

Por Maurício Lemos

Em geral, quatro têm sido as explicações para o estrondoso déficit da Previdência Social: excesso de gastos em assistência médica; utilização do sistema da Previdência para fins eleitorais do PDS, o que geraria um surto de empreguismo e de gastos desnecessários; excesso de benefícios concedidos nas épocas de "vacas gordas"; insuficiência estrutural de recursos, tendo em vista o fato de que os 16% da folha de pagamentos não dão para sustentar os gastos crescentes junto aos segurados (aposentadoria) e de assistência médica.

A primeira explicação — excesso de gastos em assistência médica — não vai muito longe quando comparada à realidade de outros países ou mesmo com os próprios números. Os gastos em assistência vão pouco além de 300 bilhões de cruzeiros, o que corresponde a 27% dos gastos totais da Previdência. Além do mais, esta cifra significa menos de 1% do PIB, o que é uma quantidade ínfima quando comparada com os países industrializados ou mesmo com alguns países da América Latina (Costa Rica, Venezuela, Argentina) que destinam mais de 3% do PIB para os serviços de saúde.

Há que se observar também a qualidade dos serviços prestados, que por sua própria estrutura visam mais a remuneração do capital (hospitais privados, multinacionais de equipamentos e medicamentos) do que oferecer uma boa assistência médica.

Um descalabro estrutural

O empreguismo, a despeito de constituir uma pura verdade (de resto, é um comportamento normal em todo o aparato estatal brasileiro) é uma explicação limitada, dada a sua provável insignificância diante da magnitude total do déficit e do orçamento previdenciários. Quanto ao excesso de benefícios concedidos (o auxílio-natalidade seria um deles) entra na conta do magro orçamento da assistência médica.

Finalmente, em relação à insuficiência estrutural de recursos, podemos observar vários aspectos. Enquanto o país passou por uma taxa acelerada de acumulação e crescimento, enquanto foi possível um grande crescimento

do número de assalariados e, por decorrência, da massa de salários sobre a qual incidem os 16%, a previdência experimentou saldos razoáveis que foram usados até mesmo para financiar outros gastos do governo. Por outro lado, na medida em que este crescimento foi reduzido e a economia entrou em crise (basicamente a partir de 1974), produziu-se um crescimento menor da arrecadação da Previdência.

Tendo em vista o anterior, uma política de recessão como a presentemente adotada, produz uma redução absoluta da arrecadação já que está em andamento um processo de redução do nível de emprego e da massa de salários na qual baseia-se a própria arrecadação.

Prisioneiro da crise e do arrocho

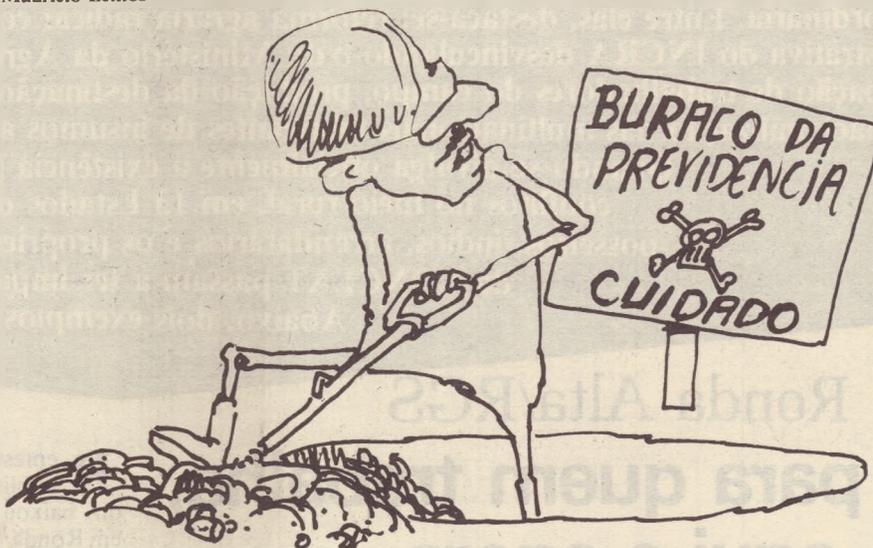
A massa de salários pagos ao total de trabalhadores do país cresce teoricamente em função de duas variáveis: do número de assalariados e do salário médio real. Como o segundo não cresceu nos últimos vinte anos, vítima de um arrocho permanente, a arrecadação da Previdência deveu seu crescimento quase que exclusivamente ao aumento do número de assalariados do país.

Concluindo: o déficit da Previdência Social tem, de fato, uma raiz estrutural que se explica de um lado pela sua base de referência para arrecadação que é a massa de salários e, de outro, pela crise estrutural da economia a partir de 1974 e pela política permanente de arrocho salarial. Conjuntamente, este déficit foi aprofundado pela política de recessão posta em prática pelo governo.

Neste sentido, o déficit é prisioneiro da crise econômica, da política de arrocho salarial e de concentração da renda e, por fim, da presente política de recessão. Para alterá-lo, só mesmo uma mudança em sua base de referência, passando-se da massa de salários para a massa de lucros.

Onde arrebenta a corda

Ao que parece, porém, o governo por enquanto deixou de lado tanto a proposta de aumentar de 8 para 10% a contribuição (o que a médio prazo seria uma,



Holanda.

Escândalo

Com a retirada do reajuste de 110% do INPC para os aposentados que recebem de 1 a 3 salários-mínimos, o governo penaliza aqueles que têm sofrido de maneira particularmente intensa os efeitos do arrocho salarial. Nestes últimos quatorze anos, desfrutando sempre de reajustes menores que os recebidos pelos trabalhadores da ativa, os aposentados perderam mais de 25% de seu poder de compra. Nesse contexto, chega a ser escandalosa a proposta do governo de "punir" com a redução substantiva do vencimento, os aposentados que procuram completar o seu rendimento com algum novo trabalho. Ainda mais quando se sabe que os empregadores em geral se aproveitam da condição do aposentado para lhe pagar pelo trabalho um salário ainda mais aviltado do que o já parco salário do trabalhador jovem. (J.G.)

medida inócua já que a base de referência continuaria a ser a massa de salários), quanto nem sequer cogitou em adotar medidas atreladas ao lucro das empresas. Por exemplo, a hipótese de taxar em 1,5% o faturamento das empresas foi considerada por Delfim Neto inflacionária, esquecendo-se que o Imposto sobre Produtos Industrializados em vigor, é em média, vinte vezes mais inflacionário.

Entre os casuismos, a corda foi

romper justamente no lado mais fraco. Retirou-se os 10% sobre o INPC para os aposentados na faixa de 1 a 3 salários-mínimos; estabeleceu-se um teto máximo para a assistência médica e adotou-se uma redução de 50 a 80% no valor dos benefícios dos aposentados que voltarem a trabalhar. Além disso os trabalhadores de salários mais elevados também foram penalizados com o aumento do teto de contribuição de 15,7 para 20 salários mínimos.

Com isso, a assistência médica, sem mudar sua estrutura (continuando a ser, portanto, institucionalmente corrupta e de péssima qualidade) vai reduzir a quantidade, o que faz prever uma duplicação das filas do INAMPS.

Na verdade, estas medidas, a despeito de prejudiciais aos trabalhadores são, do ponto de vista do "rombo" da Previdência, meras mesquinhas. Assim, é previsível que outras medidas virão no ano que vem.

Daqui em diante, o déficit da Previdência Social deverá ser permanente.

Portanto a tendência é piorar os serviços, diminuir

os benefícios e, de vez em quando, voltar a proposta de onerar mais os trabalhadores. Assim, são importantíssimas as resoluções da CONCLAT que definem uma política de mudanças no sistema previdenciário, colocando o INAMPS na mira do movimento sindical. As propostas são as seguintes: 1) salário benefício sobre os últimos doze salários do contribuinte. 2) garantia de estabilidade no emprego para o acidentado. 3) criação de uma rede básica e pública de Assistência Médica obrigatória como porta única de entrada ao Sistema de Saúde. 4) participação paritária dos trabalhadores através de seus órgãos sindicais em todos os níveis de planejamento e execução. 5) extinção dos convênios entre o INAMPS e a indústria e comércio, objetivando interesses empresariais e o lucro. 6) transporte garantido pelo INAMPS aos trabalhadores rurais, até as localidades de atendimentos médicos.

A presença de quase mil delegados de sindicatos rurais na plenária da CONCLAT — confirmada pela indicação de 23 trabalhadores rurais para a Comissão pró-CUT — revela um fato inédito na construção de organismos inter-sindicais no Brasil: a sólida unidade que está se conformando entre o campo e a cidade. Essa presença expressiva confere também, às propostas de mudança na política agrária aprovadas na Conferência, uma força extraordinária. Entre elas, destaca-se: reforma agrária radical com o confisco dos latifúndios; transformação administrativa do INCRA desvinculando-o do Ministério da Agricultura e gerido por um órgão colegiado com a participação de trabalhadores do campo; proibição da destinação das terras desapropriadas às grandes empresas; nacionalização das multinacionais fabricantes de insumos agrícolas, sob o controle dos trabalhadores.

Quando se divulga oficialmente a existência de pelo menos 50 pontos de conflitos no meio rural, em 13 Estados da federação, envolvendo posseiros, índios, arrendatários e os proprietários de terras, as resoluções da CONCLAT passam a ter importância imediata.

Abaixo, dois exemplos vivos.

Ronda Alta/RGS Terra para quem trabalha, aqui e agora.

A persistência dos colonos acampados há mais de 150 dias na encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, fez com que o tema da reforma agrária fosse levado ao centro do cotidiano e da política gaúchos.

Absorvendo a recusa dos 350 colonos a se assentar em projetos duvidosos de colonização do governo fora do Estado, repudiando uma solução violenta para o caso, uma reunião de bispos gaúchos propôs a desapropriação das terras da Fazenda Annoni que mantém cerca de 50% de sua área ociosa e o estabelecimento de crédito fundiário para que os colonos possam adquirir terras no Rio Grande. A Ordem dos Advogados do Brasil, por sua vez, sugeriu que o presidente da República decreta o Estado do Rio Grande do Sul como zona prioritária de reforma agrária, permitindo a desapropriação de latifundiários improdutivos.

O próprio PDS, encurralado diante da simpatia da opinião pública gaúcha, comovida com a situação dos colonos, e o inevitável desgaste eleitoral que uma solução repressiva desencadearia, tem se mantido na defensiva.

Expondo o absurdo

De acordo com os informes do próprio INCRA existem hoje perto de 100 mil gaúchos na mesma condição dos colonos da encruzilhada Natalino. O último cadastramento do

INCRA mostrou um aumento espantoso nos últimos anos dos latifúndios que ocupam hoje uma área superior a 12 milhões de hectares, metade do Estado. É claro que se os colonos da encruzilhada Natalino conquistarem terras eles estimularão o exemplo para os vários pontos de tensão que cobrem inúmeras regiões do Estado.

E, no entanto, a expulsão dos colonos do Rio Grande perde toda a sua legitimidade, se desnuda em todo o seu absurdo, quando se localiza o mundo de terras improdutivas existentes no Estado (ver mapa abaixo). Por exemplo, a poucos quilômetros do acampamento da encruzilhada Natalino, o fazendeiro Otávio José dos Santos mantém 1.409 hectares sub-utilizados no Estado, hoje arrendados parcialmente a grandes plantadores de soja.

Seria decerto cômodo para o governo se o caso de Ronda Alta tivesse apenas uma repercussão regional e não nacional como vem ocorrendo. Pois também no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, na Paraíba, no sul da Bahia, no Pará, em Goiás estão em pleno curso conflitos de terra, opondo como em Ronda Alta, colonos sem terra e latifundiários gananciosos. E a proposta de reforma agrária apontada como a solução para os colonos gaúchos expressa o quanto se liga aos anseios mais profundos de grandes massas de brasileiros.

Representando a "Presidência da República, o SNI e o Exército", como diz, baixou no acampamento dos colonos em Ronda Alta (RS) o coronel Curió. Sua primeira atitude foi militarizar o acampamento: ninguém entra e ninguém sai. Encruzilhada Natalino, embora não oficialmente, agora é área de Segurança Nacional. Curió ainda tentou cortar o vínculo com o movimento e as manifestações de solidariedade. Proibiu a organização dos colonos e passou a usar a intimidação, duragem, pressões e ameaças para convencê-los a aceitarem o reassentamento fora do Estado.

O projeto da Bahia já foi descartado como inviável. O projeto do Mato Grosso conta com 130 adesões, sendo que estes colonos declararam à imprensa que menos de 10% vão espontaneamente. Os demais, cerca de 350, resistem ao "cerco" do Curió, apesar das péssimas condições em que estão vivendo.

Duas vezes já venceu o prazo estabelecido pelo coronel para pôr fim ao acampamento e os colonos continuam firmes, em que pesem as ameaças de "operação arras-tão", corte na alimentação e expulsão individual, Lei de Segurança Nacional e outras. Agora, numa última tentativa, Curió, mais uma vez, adia o prazo até 31 de agosto, na esperança de quebrar a re-

sistência. Em vão, o tiro saiu pela culatra.

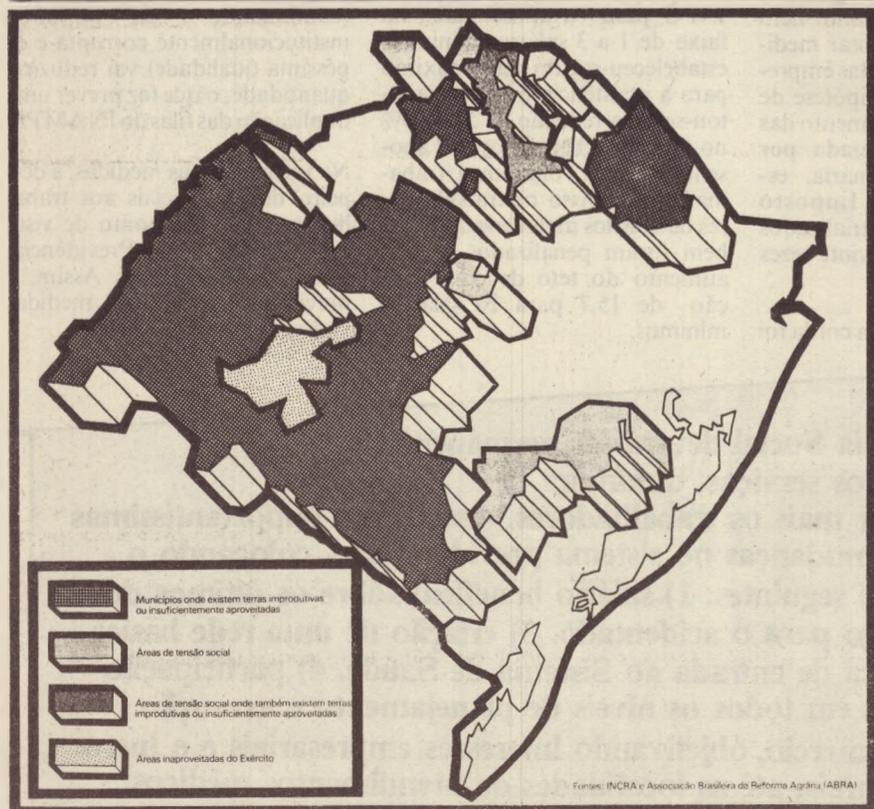
O movimento de apoio constituído pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), igrejas, sindicatos rurais e urbanos e entidades democráticas, retoma agora com maior fôlego o apoio e a divulgação da luta. Uma comissão de entidades, com habeas-corpus e salvo-conduto, rompeu as barreiras e retomou o contato com os colonos. Dias depois, o acampamento era visitado por uma comissão de deputados estaduais e federais e advogados da OAB, que ficaram dois dias. Também houve uma missa rezada por 136 padres que assim expressaram seu engajamento na luta dos colonos.

Curió, apesar das ameaças de que "depois do dia 31 o acampamento não é mais um problema social e sim problema de polícia", sendo cobrado pelo movimento de apoio, recuou: queria dizer um "problema judicial". Dia 31, quando expirou o prazo, estavam no acampamento a OAB, deputados, padres, além de entidades comprometidas com a luta.

O governo do estado e o INCRA se renderam ao movimento no instante em que apostaram no Curió como solução. Parece, porém que, com a saída do coronel, chegou ao fim do tempo das meias-medidas. E para as outras, drásticas, praticamente não há apoio de nenhuma área social ao governo.

(Da sucursal)

As terras disponíveis



Camucim - Paraíba

São 59 famílias, espalhadas em pequenas posses, onde têm suas roças e colhem cocos. Há três anos as terras que ocupam — parte da fazenda Camucim, município de Pitimbu, no sertão da Paraíba — foram vendidas à Destilaria Tabu, de propriedade do usineiro Frederico Lundgren. Segundo dados divulgados pelo Conselho Pastoral da Paraíba, a Tabu possui 6 mil e 900 hectares de terra, dos quais não usa nem a metade para o plantio de cana, que abastece sua Usina de Alcool, em Caaporã. Os agricultores, por outro lado, estão nestas terras há mais de trinta anos e dependem exclusivamente delas para sobreviver.

O resultado é que desde 1978 os agricultores vêm sofrendo ameaças e violências dos capangas da Tabu e da polícia. Casas são derrubadas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu é invadido, trabalhadores são presos, até mesmo pelos próprios capangas. Suas terras são invadidas, com a Tabu "plantando cana até na porta da cozinha", nas palavras de uma carta divulgada pelos agricultores à imprensa, às autoridades e ao povo em geral.

Em agosto último, a tensão aumentou na região, com a chegada de um

contingente de 45 policiais. No dia 10 de agosto, a polícia tentou impedir os trabalhadores de realizarem um encontro com o presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba) e da Contag (Confederação, que representa os agricultores a nível nacional). No dia 13, a polícia, para impedir que os agricultores arrancassem a cana plantada em suas terras, tomou-lhes seus instrumentos de trabalho, agrediu alguns deles fisicamente e prendeu cinco homens.

Enquanto isso, os trabalhadores vêm a imprensa paraibana estampar furiosas mentiras, até mesmo de que eles teriam incendiado o canal da Tabu. Eles porém, estão muito certos do que querem: "O que o governo tem feito ao nosso lado? NADA! Mandou foi os técnicos do INCRA para vir de casa em casa seduzir para fazer acordo. Que posição do INCRA é essa? Em vez de desapropriar e distribuir a terra entre nós, vem tentar a gente a fazer acordinho. O governo liberou a polícia para ficar do lado da Destilaria Tabu. Exigimos a retirada imediata da polícia de Camucim e a desapropriação da Fazenda", são os termos finais da sua carta à imprensa. (M.C.)

URGENTE BRASÍLIA (DF) - 27/9/81
 O PARTIDO DOS TRABALHADORES CONQUISTOU
 HOJE AS CONDIÇÕES FINAIS PARA O SEU RE-
 GISTRO PROVISÓRIO AO REALIZAR NA CAPIT-
 AL SUA CONVENÇÃO NACIONAL CONTANDO COM
 A PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS DE 17 ESTA-

PT - SAUDAÇÕES

Com o adiamento de duas semanas nas datas inicialmente previstas o PT irá agora, no dia 6 de setembro, realizar convenções em 17 estados da federação e, no próximo dia 27, culminar seu processo de legalização com a convenção nacional em Brasília.

O adiamento se deveu aos problemas surgidos nos preparativos finais da papelada junto aos tribunais regionais cujas férias forenses impuseram uma série de atrasos burocráticos. Mas hoje, segundo a Secretaria Nacional de Organização, 12 estados já estão totalmente prontos para a realização das convenções na data marcada, com as atas de suas convenções municipais (em número superior ao mínimo legal) já aprovadas pelos tribunais. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro,

Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão, Amazonas, Acre, Goiás, Ceará e Piauí.

Três outros estados — Minas Gerais, Espírito Santo e Pará — ainda segundo a Secretaria, já estão com toda a papelada nos respectivos tribunais. Aguardam ainda sua aprovação final para o começo desta semana, com certeza, alcançarão também as condições para a realização de suas convenções na data marcada do dia 6.

Finalmente dois estados — Paraíba e Alagoas — se bem já deram a entrada das atas a junto aos tribunais, todavia é apenas provável mas não certo, que a aprovação das mesmas se dê em tempo de terem suas convenções no próximo domingo.

Nos demais estados não há, segundo a Secretaria Nacional, condições de realização das convenções dentro desta primeira rodada.

Superando assim, folgadoamente, o mínimo legal de nove estados, o PT prepara agora nesta semana as solenidades e debates que promoverá nos estados e em Brasília nos próximos dias.

A nível dos estados, alguns aproveitarão a presença dos delegados municipais neste fim de semana para, além do cumprimento das formalidades legais da convenção, completar o processo de discussões iniciado nas suas pré-convenções. No caso de Minas, por exemplo, os delegados estão convocados também para o dia 5, quando se fará discussão de um plano de ação regional. No caso de São Paulo, o diretório

eleito na pré-convenção irá reunir-se no mesmo dia 6, já pela terceira vez, para discutir sobre sua estrutura e funcionamento a nível das várias secretarias e comissões que serão criadas. Na mesma linha, o Rio Grande do Sul começara já agora, aproveitando a reunião da convenção, a discutir procedimentos para a elaboração de uma tática eleitoral do partido no estado.

A nível nacional no entanto é que se terá a grande solenidade comemorativa da vitória do partido. Na câmara federal, em Brasília, a convenção nacional do PT contará, além das representações de todos os estados e diversas personalidades nacionais, com delegações convidadas de partidos de vários países do mundo com os quais o PT mantém relações fraternais. (F.A.)

Filiações nas capitais

O TRE gaúcho acaba de divulgar dados sobre as filiações partidárias no estado. Seguindo uma tendência mais geral — já comprovada em São Paulo e Belo Horizonte entre outros — o PT apresenta-se também no Rio Grande do Sul como o partido que conta com maior número de filiados na capital. São 4.483 petistas em Porto Alegre, vindo em segundo lugar o PDS com 3.653, em terceiro o PDT com 3.601, em quarto o PMDB com 3.558 e em quinto o PP com 1.733 filiados.

Levando em conta as máquinas governistas e parlamentares dos demais partidos — muitas vezes superior a qualquer similar do PT — estes dados refletem o apelo largamente superior do partido nos centros mais urbanos, industriais e politizados.

Trabalhadores da cana

O Diretório Municipal do PT de São João da Boa Vista (SP) promoverá dia 20 de setembro, às 9 horas, na sede da Associação dos Servidores Municipais, um debate sobre o tema "A cultura da cana e as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais" e que contará com a participação de Plínio Moraes, vice-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária; Plínio Arruda Sampaio, professor da Fundação Getúlio Vargas e José Francisco Graziano Silva, economista e agrônomo da Unicamp.

O debate tem por objetivo ampliar as discussões sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais, no momento em que se encontra em fase de instalação, em São João da Boa Vista, de uma usina de álcool de cana, ao mesmo tempo em que se amplia a área de cultivo da cana-de-açúcar no município, onde vivem e trabalham cerca de quatro mil bóias-frias.

Diretório regional paulista A plataforma nacional em debate

Em sua segunda reunião, o Diretório abre um processo de discussão da plataforma e tática eleitoral do partido

Iniciando seu funcionamento como uma efetiva direção política do partido no estado, o Diretório Regional do PT paulista acaba de realizar neste último fim de semana sua segunda reunião em menos de dois meses depois de eleito na pré-convenção.

Com a presença de 44 dos seus membros (ao todo são 60) a pauta enfrentada constava de três pontos: 1) Lutas imediatas; 2) Plataforma nacional; 3) Plano de organização das secretarias e comissões.

Seguindo as deliberações tiradas na pré-convenção nacional do partido o Diretório resolveu fazer do combate ao desemprego, à Lei de Segurança Nacional e da questão da previdência social suas lutas imediatas para o semestre. Na questão do desemprego a discussão centrou-se em como

preparar as mobilizações aprovadas pelo partido e concretizadas pelo movimento sindical, principalmente o Dia Nacional de Lutas Contra o Desemprego marcado pela CONCLAT para o 1º de outubro. Já sobre a Lei de Segurança Nacional e a Previdência foram formadas comissões encarregadas da preparação de documentos para a ação política do partido.

No entanto foi na questão da plataforma nacional que os debates mais se polarizaram. Surgiram quatro visões diferentes sobre que tipo de plataforma de governo o PT deverá apresentar na sua propaganda eleitoral para o ano que vem. Algumas enfatizavam mais as propostas estratégicas do partido, enquanto outras centravam nas respostas aos problemas mais imediatos co-

locados pelas lutas dos trabalhadores.

Depois de uma longa discussão aprovou-se um cronograma de procedimentos de consulta às bases que envolverá além da plataforma nacional, também a estadual e municipais, e uma tática eleitoral de conjunto. O processo de debate será deflagrado para as bases municipais agora, em meados de setembro através de um documento de diretrizes traçados pelo Diretório Regional e será fechado até novembro numa reunião do Diretório, ampliada com as direções municipais. A partir daí a sugestão de proposta da plataforma nacional subirá para a discussão nacional a qual deverá se dar no começo do ano.

No terceiro ponto da pauta foram criadas as secretarias de edu-

cação política, sindical, consultas e encaminhamentos às bases e divulgação. No entanto a ligação com a Comissão Executiva e a nomeação dos respectivos secretários ficou adiada para o próximo dia 6.

Finalmente, ainda que em cima da hora — e portanto com efeitos bastante limitados — o Diretório tentou ativar as medidas anteriormente aprovadas pela Executiva com vistas às manifestações de repúdio do partido diante do julgamento de Lula e demais sindicalistas pelo Superior Tribunal Militar. Mas infelizmente, dada a precariedade dos encaminhamentos até então traçados e da própria discussão no Diretório, dificilmente se conseguiria inverter a timidez da ação do partido frente a um evento de tamanha significação histórica.

Exclusivo
Lula faz o balanço da CONCLAT

“Um passo histórico para a criação da CUT”

As grandes vitórias da CONCLAT — As polêmicas que agitaram os três dias de debate — Os próximos passos no encaminhamento das lutas — Uma avaliação da Comissão pró-CUT — As lições e os desafios para o PT — As manobras do PC e dos pelegos, e uma resposta contundente às suas acusações de divisionismo
Aqui, Lula e alguns companheiros da diretoria cassada de São Bernardo (abaixo), colocam suas avaliações algo diferenciadas sobre os resultados da CONCLAT.

Prá começar, vamos lá Lula: qual sua avaliação da CONCLAT?
— **Lula:** A importância histórica fundamental da CONCLAT foi a demonstração de que é possível o movimento sindical tomar posições mais sérias independentemente da estrutura sindical oficial que existe no país. Ela demonstrou que a classe trabalhadora hoje, exige um posicionamento mais eficaz e combativo dos dirigentes sindicais. E demonstrou isso inclusive com muita maturidade ao não criar a CUT já, como muita gente esperava, e sim uma Comissão que pudesse preparar o próximo congresso onde, aí sim, a Central Única dos Trabalhadores será formada. O fato histórico então, está em que a gente deu o primeiro passo para a criação de nossa Central Única.
Já sobre os ganhos políticos da CONCLAT para o movimento sindical é preciso a gente observar, em primeiro lugar, que ela ultrapassou totalmente a expectativa do número de participantes, trazendo inclusive problemas de infraestrutura que dificultaram muito a participação. Ainda assim os ganhos políticos são inegáveis. Primeiro, a reafirmação,

por mais de mil entidades, de vários documentos que até então eram de poucas categorias e de poucos dirigentes sindicais tidos e havidos como combativos ou autênticos. Essa reafirmação é uma demonstração que se pode ampliar um pouco a perspectiva de luta do movimento sindical. Mais importante ainda é a perspectiva de levar a frente a pauta de reivindicações aprovada, com o Dia Nacional de Luta no 1º de outubro.
Independentemente de sua vontade a Comissão Pró-CUT tem as resoluções da CONCLAT e datas pré-estabelecidas para encaminhar.
— **A Comissão pró-CUT que saiu é de composição. Como você vê as perspectivas dela encaminhar, de fato, a luta no rumo da greve geral?**
— **Lula:** Eu continuo tendo consciência de que nós vamos ter que caminhar para a greve geral. E não vai dar para esperar muito não. A situação dos trabalhadores está cada dia se agravando mais, tanto no campo quanto na

cidade. Vamos ter que estabelecer um cronograma de procedimento para essa Comissão eleita. Pois, independente de sua vontade, ela tem uma documentação aprovada na CONCLAT e tem também datas pré-estabelecidas por mais de 5 mil delegados que vão cobrar. Tem o 1º de outubro, e tem o 16 de novembro, onde se aventa a possibilidade da greve geral. É necessário estabelecer um plano de conversação com o governo, e com a classe empresarial para se chegar a uma greve geral.
— **Além do problema da composição com aqueles que não querem ir à luta há também o problema da ausência de um grande sindicato — o dos metalúrgicos de São Paulo. A ausência do maior pelego da América Latina tem um claro sabor de vitória. No entanto não seria mais correto, para os encaminhamentos futuros que o Joaquim e o Rossi estivessem presentes na Comissão?**
— **Lula:** Eu acho que seria. Como acho que também seria bom que tivesse mais gente como o Giannini, representante da comissão de fábrica da FIAT no Rio de Janeiro. O importante mesmo é que o resultado final expressa o que foi possível naquela

Por **Virgínia Pinheiro e Flávio Andrade**
CONCLAT, naquele momento.
— **Você não acha que o governo vai se negar a receber a Comissão pró-CUT, assim como se nega a receber a UNE? E aí, como entregar as reivindicações?**
— **Lula:** É, esse é um problema que vamos ter de discutir... e aí é que nós vamos ver também quem vai assumir prá valer...
— **Qual era a expectativa da articulação de São Bernardo em relação à CONCLAT?**
— **Lula:** Aconteceu exatamente o que tinha de acontecer. A gente esperava apenas duas grandes divergências que na verdade foram as que se deram: a questão da greve geral e a composição da Comissão pró-CUT.
Considero correto que se defenda a Constituinte se deixarmos claro que ela só poderá existir na medida em que for derrubado o regime militar.
— **E a Constituinte?**
— **Lula:** Não. A gente sabia que não ia ter briga na Constituinte e que ela seria aprovada tranquilamente.
— **Mas então vocês já esta-**

vam dispostos a abrir mãos nesta questão? E como é que fica agora, já que o PT é um partido contra a luta pela Constituinte hoje, mas o movimento de massas, no caso o movimento sindical, aprovou...
— **Lula:** Aprovou, mas precedida da derrubada da ditadura...
— **Mas dentro do PT, nós e muitos outros, sempre propusemos a Constituinte também precedida da derrubada da ditadura. O que importa agora é se o PT assume ou não...**
— **Lula:** O PT continuará respeitando o seu programa porque ele só poderia ser mudado num outro Congresso. O partido tem de ser fiel àquilo que foi aprovado em seu Congresso.
— **Mas e os sindicalistas do PT que estavam na CONCLAT, e mais, todos os seus ativistas, como é que vamos tocar agora a luta: com ou sem Constituinte?**
— **Lula:** Nós temos a seguinte orientação, dada naquele encontro do movimento popular em S. Bernardo: que o militante sindical que for militante do partido, toda a vez que houver decisão do partido que contraria a do movimento sindical, ele fica com a do movimento sindical. O PT tem, por diversos documentos assinados

pela Comissão Nacional, que não é contra a Constituinte. E não tinha colocado isso no programa, porque seus delegados entendiam que ela não era uma bandeira prioritária. O documento aprovado na CONCLAT vem reforçando o nosso ponto de vista, na medida em que coloca a Constituinte precedida pela derrubada do regime militar. Então nós temos de nos preparar e pra derrubar o regime.
— **Pára de enrolar só... Responde então o seguinte: Porque o PT nunca colocou no seu programa a Constituinte precedida pela derrubada do regime militar?**
— **Lula:** Por que nenhum militante do PT colocou em votação isso desse jeito. Eu fui presidente da mesa no ENCLAT em Santo André e lá a questão da Constituinte foi aprovada exatamente desse jeito, proposta inclusive por um militante do PT.
— **Quer dizer que, colocada desse jeito, você considera a proposta correta?**
— **Lula:** Considero; considero correto que se defenda a Constituinte se deixarmos claro que ela só poderá existir na medida em que for derrubado o regime militar.

Mais do que nunca os militantes sindicais do PT precisam se armar de uma linha de intervenção no movimento.
— **Até que enfim, custou muito foi... Agora, pulando para outra, à luz do que se viu na CONCLAT, como você vê que se deveria impulsionar a construção da intervenção e da linha sindical do PT?**
— **Lula:** Agora, mais do que nunca, os militantes e ativistas sindicais do PT precisam efetivamente fazer uma reunião e discutir a questão sindical, de uma nova ordem sindical a partir da visão dos dirigentes sindicais ligados ao PT. Porque de um lado nós temos o PC com uma posição sindical definida. E definida quase há um século. E queremos nos impor garganta abaixo de qualquer modo sem sequer colocar a coisa em discussão. Então, nós temos de definir e reafirmar a nossa prática e colocar ela publicamente para todo mundo começar a discutir e escolher. Só um exemplo: a questão da unidade. Ficou claro na CONCLAT que os delegados lá presentes querem a unidade é pela base.

A unidade deles e a nossa

Nos últimos tempos o PC e outros grupos da esquerda reformista abriram uma campanha cerrada no movimento sindical e na opinião pública — usando para isso inclusive a grande imprensa — contra o PT e o sindicalismo autêntico. A campanha chegou ao cúmulo da histeria agora na CONCLAT: dirigentes sindicais, notoriamente militantes do PC, assessorados por seus Comitês Centrais desde as dependências das colônias de férias da Praia Grande, no plenário posando de singelos sindicalistas, acusaram Lula de estar dividindo o movimento sindical por assumir posições partidárias. Enquanto eles, “independentes”, seriam os campeões da unidade.
Para além da hipocrisia desta jogada fica a ironia de que foi com estes mesmos argumentos de infiltração partidária no meio sindical que a ditadura militar promoveu milhares de intervenções logo após o golpe de 1964.
— **Lula, o que você quer falar sobre as acusações de divisionismo?**
— **Lula:** Primeiro, eu acho que é preciso ficar claro para a opinião pública quem é que está nos chamando de divisionistas. Porque na verdade as pessoas que nos chamam de divisionistas são as que efetivamente estão dividindo movimento sindical. Eu vou dar um exem-

plô: as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. As mesmas pessoas que estão nos chamando de divisionistas diziam que os divisionistas eram os da Chapa 2 lá em São Paulo. E, depois do resultado, tiveram o tope de dizer que o Joaquim teve uma vitória arrasadora e a unidade foi mantida. Já aqui em São Bernardo, divisionista para esses senhores era a Chapa 1, e a unidade era a chapa 2. Depois da “vitória apertada” que nós tivemos sobre a Chapa 2, eles continuaram dizendo que o divisionismo venceu. Ora, pô! A gente tem 90% de aceitação da categoria e ainda somos divisionistas. Então, o que estas pessoas estão escamoteando é que na verdade quem está falando não é o dirigente sindical mas sim uma posição partidária, ideológica, muito bem definida. Uma posição que na hora de discutir quais seriam os sindicalistas estrangeiros convidados para a CON-

clat, não aprovou o nome do Walesa, proposto por nós, exatamente sob o mesmo argumento ridículo de que o sindicato Solidariedade está dividindo a classe trabalhadora polonesa, quando todos sabem que ele tem, nada mais, nada menos do que 10 milhões de associados.
Em segundo lugar precisamos acabar com esse preconceito que a ditadura impôs em cima do povo brasileiro, ou seja, nada tem de ser votado. Tudo tem de ser aprovado por unanimidade, na base da baioneta ou na base da tortura. E determinados grupos que hoje nos chamam de divisionistas tem horror de votação. Querem que a coisa seja aprovada sem discussão e sem nada. A cúpula apontando e a base submissa, balançando a cabeça. Quando fomos para a votação lá na CONCLAT estávamos nos submetendo ao plenário e tivemos pelo menos a decência de não nos retirarmos da chapa deles, mesmo sem concordar com ela. Essa era a demonstração mais evidente de que queríamos a unidade: acatar a decisão da plenária.
No entanto nós temos que entender que apesar disso tudo a Comissão pró-CUT saída da CONCLAT é efetivamente o resultado do que é hoje o movimento sindical brasileiro. Podemos até mesmo dizer que um grande saldo da CONCLAT foi exatamente definir que existem duas tendências no movimento sindical. Uma que prefere jogar por baixo e outra que prefere jogar por cima. Uma que prefere trabalhar na base e outra que prefere trabalhar na cúpula. Uma que tem uma definição política partidária aberta e que diz publicamente o que é e porque é, e outra que tem uma definição política que não diz o que é. E mais, sabe e usa esse segredo da definição que tem como arma para taxar os outros de politiquês, divisionistas etc. Na CONCLAT ficou estabelecido esse divisor de águas no movimento sindical e ficou mais estabelecido ainda quando a plenária se manifestava. De um lado, o Partidão, o PC do B, o MR-8, os pelegos e o governo, e de outro lado os companheiros ligados ao PT, os companheiros apenas do movimento sindical combativo e que não tem nenhuma ligação com nenhum partido político ou facção ideológica e os companheiros ligados à Igreja.

Hoje há duas correntes claras no movimento sindical: uma que luta para construir a unidade pela base e outra que tenta impor sua “unidade” pela cúpula.

Eles ficaram com as manobras. Nós ganhamos as propostas

Nós estávamos ali conversando com o Lula sobre a CONCLAT. E vocês, o que que acharam?
— **Mané:** O que eu vejo, eu que nunca participei de um congresso dessa envergadura, com quase o dobro dos participantes que a gente esperava e mais de mil sindicatos representados, gente do campo, gente da cidade, gente que veio de todos os rincões do país, até de Santarém, gente que viajou não sei quantas horas de barco e depois 84 horas de ônibus prá poder participar, o que eu sinto é que o saldo não foi lá essas coisas. A gente esperava muito mais.
Mané: A gente foi pra porta da fábrica todos os dias e por isso não teve muito tempo para se articular na sala, como eles fazem
— **Como assim? Qual era a expectativa que se tinha, do que seria CONCLAT?**
— **Mané:** Não, eu estou falando da expectativa que a gente ficou nos dois primeiros dias dentro das comissões. Eu participei da comissão de sindicalismo e o que gente viu foi a maioria fechando com as propostas do sindicalismo de base. Ali foi tudo bem. Mas quando chegou na hora da plenária geral a coisa começou a complicar. Ali tinha uma oportunidade de sair a proposta de greve geral e uma pró-CUT em que pelo menos a metade dos componentes fosse realmente elementos de base e acabou não sendo bem assim. Isso ainda está atravessado na garganta.

— **Você concorda que o bloco mais combativo entrou meio despreparado para enfrentar as manobras que todo mundo já sabia que teria lá?**
— **Mané:** Concordo. Mas é que também não tivemos tempo para isso. A gente teve que ficar quase todos os dias nas portas das fábricas e não sobrava mesmo tempo para ficar na sala discutindo e articulando como eles fazem. A gente viu que as bases estavam com a gente mesmo. Tanto assim, que apesar das manobras todas, a nível das comissões eles não conseguiram ganhar nenhuma proposta. Nem as propostas de mesa. Nós ganhamos todas. Aí, na plenária, eles jogaram muito sujo mesmo. Isso eu posso contar porque aconteceu comigo. Teve uma hora em que eu levei uma proposta por escrito lá e o Zé Francisco jogou ela na lata de lixo.
Djalma: Nós sabíamos que ia haver manobras e quanto a isso o que a gente tem é de aprender a se organizar para se contrapor a elas
— **E você Djalma, o que está pensando?**
— **Djalma:** A gente já sabia que ia haver manobras e quanto a isso o que a gente tem de fazer é aprender a se organizar para se contrapor a elas. Isso a gente começou a ver em 1978. No Congresso da CNTI nós sabíamos que o Ari Campista ia fazer tudo para que se tivesse uma verdadeira festa de despedida do governo Geisel. Nós consegui-

mos reunir aqui uns 50 trabalhadores e fomos para lá tentar impedir isso. Acontece que esse sindicalismo mais combativo começou a avançar foi exatamente a partir de 1978. Então quando chegamos à CONCLAT em 1981 vemos o tanto que já se avançou. Ao mesmo tempo lá ficou muito clara a necessidade que a gente tem de tentar levar mais longe a nossa articulação, porque estamos ainda muito restritos a certas áreas. O grande ganho da CONCLAT foi que as bases demonstraram que não aceitavam mais certas composições e as imposições das cúpulas. É claro que lá na hora, no calor da luta, muita gente ficou muito puta com a composição. Eu mesmo fui um deles. Mas depois, com o tempo a gente começa a refletir com a cabeça mais fria e verifica o quanto se avançou de fato.
— **Devanir: Os companheiros já colocam quase tudo. Quando se chegou na grande plenária a manobra era tanta que na verdade não se tinha só uma mesa. Tinha a mesa oficial e mais duas em baixo e, lá pelas tantas, a mesa de baixo (deles) começou a prevalecer sobre a mesa oficial. As comissões dos dias anteriores demonstraram que a gente era a maioria mesmo. Eles não conseguiram eleger nem uma mesa. Eles se viram no sufoco e partiram mesmo para toda a espécie de manobra. Só que nossa articulação é ainda muito débil. Mas não podemos subestimar o fato de que as outras forças estão aí há muito tempo. E na CONCLAT ficou demonstrado que ninguém tem hegemonia no movimento sindical. A derrota foi deles porque ficou demonstrado**

que eles não são mais os donos da classe trabalhadora. Vocês viram que eles ficaram tentando negociar quando foram colocadas as duas chapas em votação. Ora, a gente sabe que a reforma só negocia quando sabe que não tem maioria. Esse é uma tática velha.
Devanir: Eles tentaram negociar. Ora, a gente sabe que a reforma só negocia quando sabe que não tem maioria.
— **E a articulação do dia anterior em S. Bernardo? Parece que a avaliação do que seria CONCLAT foi meio dividida. Inclusive com o João Paulo de Monlevade propondo não descer para a Praia Grande...**
— **Devanir:** Essa avaliação era mais do João Paulo mesmo. É que ele está meio distanciado das articulações. Ele é um grande companheiro, um belo companheiro, mas está numa maré meio baixa, né, meio de baixo astral. Quando ele chegou aqui estava pensando que ia encontrar em São Bernardo uns 5 mil caras. E não era nada disso que a gente queria. Acabou até vindo gente demais. O que estava pensando era mais reunir chefes de delegação. Eu fui um dos responsáveis pela articulação aqui e tenho críticas a fazer. Reconheço que a gente não tinha uma pauta definida, critérios definidos e ficamos meio perdidos e perdemos tempo discutindo coisas que não eram prá discutir. A idéia era mais da gente discutir, com base na experiência, as manobras que ia haver prá gente tentar se articular para se contrapor a

elas. Mas infelizmente não deu. Em um dia não dá, né?
— **Você que viajou um mês por aí articulando pra CONCLAT, que avaliação faz da correlação de forças dentro da Comissão.**
— **Devanir:** São 54 nomes, né? E tem nomes que eu não conheço. Pelo menos em São Paulo nós estamos meio a meio. No Rio eles tem maioria. No Rio Grande do Sul também estamos meio a meio. Quanto aos rurais, eu conheço vários companheiros. Na Bahia nós estamos bem. Em Alagoas também. Em Goiás temos maioria. No todo, eu acho que eles tem um pouco mais de representação do que nós. Mas acho que o problema não está no campo. Está com os urbanos mesmo. Só para vocês verem um exemplo: na CONTAG, o Zé Francisco andou fazendo uma contabilidade errada, talvez por não acreditar na capacidade dos sindicatos rurais. Ele previa que viesse lá por volta de uns 200 sindicalistas acabou vindo mais de mil, e foi aí que ele dançou porque não tinha o domínio do pessoal do campo, porque a maioria não estava dentro da delegação que ele preparou. Voltando à Comissão, eu acredito que eles tem a maioria em termos numéricos. Mas correlação de forças não é questão do cara ter 30 e nós termos 24, né? Nós temos as melhores posições, as melhores propostas. E a Comissão vai ter de encaminhar o que ficou tirado. Se com a articulação pequena que a gente tentou fazer nós já conseguimos o que conseguimos, se a gente se articular melhor, acredito que nossas posições, que são mais representativas, irão prevalecer.



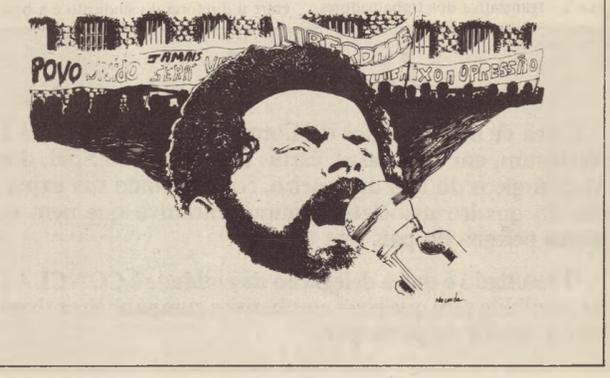
Fânio Brauns Filho

A greve do ABC no STM Os generais condenam a história

No país, onde impera o autoritarismo das classes dominantes, assistimos a mais uma farsa institucionalizada. Enquanto escandalosamente processos como o do Riocentro são retirados pouco a pouco das mesas dos tribunais, de juizes e autoridades constituídas (por quem?), corre solto o julgamento dos sindicalistas do ABCD, agora em sua fase final, aguardando a sentença do STM, da sessão do dia 2 de setembro.
Do ponto de vista político esse processo é mais uma das aberrações da ditadura; do ponto de vista jurídico ele é surrealista e incoerente: primeiro porque o julgamento, em São Paulo, cerceou a defesa, já que foi feito sem presença dos acusados e da defesa. A convocação dos acusados e dos advogados foi feita com o prazo menor de 48 horas e por fim o julgamento não era público, o que é absolutamente inconstitucional. Segundo, os sindicalistas não poderiam ser condenados pela LSN, já que o setor metalúrgico não está enquadrado entre os setores essenciais de atividade do estado e nem sequer houve reconhecimento de qualquer pronunciamento ou atitude por parte dos acusados que confirmassem um ataque a órgãos ou autoridades constitucionais. Terceiro, o Ministério do Trabalho, que tinha de-

retado a ilegalidade da greve, ainda não tinha concluído o processo. E por último, e o mais gritante, o julgamento estava completamente viciado, à medida que o Juiz Auditor declarou, antes do julgamento, que sua opinião já estava formada, faltando apenas ouvir a defesa para a formalização da sentença.
Os resultados dos processos deverão sair somente entre os dias 8 e 9 de setembro, por causa dos feriados. Até lá, ficaremos na expectativa de que al-

guma luz se acenda em Brasília, o que é difícil pois, para o regime interessa o enquadramento de Lula e dos demais sindicalistas não só para barrar a consolidação do PT, como também para impedir a articulação, muito presente agora, da Greve Geral. Seja qual for o resultado do processo, ele sem dúvida alguma, já consta da lista histórica dos julgamentos contra a classe operária que a burguesia, internacionalmente, se incumbiu de fabricar, e que no Brasil sempre encontraram sinal verde.
(Maura Veiga)



Campanhas eleitorais

Todo apoio ao sindicalismo combativo!

Bancários/Porto Alegre

Da Sucursal

De 21 a 25 de setembro estarão se realizando as eleições para a diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. A categoria, formado por cerca de 14 mil bancários, dos quais 10.222 em condições de votar, está diante de duas visões distintas de sindicalismo. De um lado a Chapa 2, formada por notórios pelegos, acompanhados, como não poderia deixar de ser pelos amigos do Jornal Hora do Povo, defende a já afamada "Unidade Sindical"; e de outro outro a Chapa 1 — "CERTEZA DE UM TRABALHO E COMBATIVIDADE" — composta pelos companheiros que mais se destacaram nas lutas da categoria (inclusive na greve de 79), e que é apoiada por Olívio Dutra, presidente casado do Sindicato dos Bancários e vice-presidente nacional do PT.

EM TEMPO, ouve aqui, Milton Mottini Machado, José Sebastião Andradas Barcellos e Miriam Siqueira de Aguiar, integrantes da Chapa 1:

— Quais os principais pontos da plataforma da Chapa 1?

Mottini: Num plano mais geral, nos propomos a continuar lutando contra a atual Estrutura Sindical: Por Liberdade e Autonomia Sindical, Direito de Greve, Negociações Diretas, Convenções Coletivas de Trabalho, eleições diretas em todas as instâncias de representação classista e pela criação da CUT; por delegados sindicais e pela independência e autonomia do Sindicato com relação ao Governo, aos Patrões e aos Partidos Políticos, garantindo a unicidade sindical.

— Agora, depois do CONCLAT, quando a CUT está cada vez mais na roda, inclusive com Congresso marcado para agosto de 82, como se coloca a Chapa 1?

Mottini: A Central Única dos Trabalhadores é uma aspiração de todos nós, determinada pela necessidade de unificar, através de um órgão central representativo, nossa presença nas lutas sociais e econômicas. O processo de organização da CUT, não deve se dar, porém, através dos velhos métodos cupulistas e oportunistas, que a coloque perante os trabalhadores como uma entidade estranha a eles, dirigida por iluminados que os trabalhadores não sabem nem de onde surgiram. O que está em jogo é a elevação da compreensão política e organizativa dos trabalhadores,



para que a CUT seja o resultado de um processo de debates coletivos e organizados, e não seja um simples aparelho sem representatividade.

Barcellos: A CUT deve surgir de baixo para cima, com a participação o mais direta possível de todos os trabalhadores rurais e urbanos, braçais e intelectuais. A CUT assim criada, será o órgão máximo de representação dos trabalhadores à nível sindical, e a unidade na luta que ela deve impulsionar vai ser o ponto de partida na construção de uma sociedade voltada para os interesses daqueles que realmente fazem o Brasil — os trabalhadores.

ET — Com relação a atual estrutura Sindical, o que propõe a Chapa 1?

Miriam: Combatemos a atual Estrutura Sindical, que permite ao Governo intervir nos Sindicatos, destituindo dirigentes eleitos pela categoria e legitimando a repressão policial sobre as justas reivindicações dos trabalhadores. Repudiamos a existência da Contribuição Sindical que serve para sustentar pelegos nas Confederações, Federações, e mesmo na maioria dos sindicatos. Os sindicatos devem buscar formas de sustentação autônomas, sem a ingerência do Ministério do Trabalho. 75% da sustentação financeira de nosso sindicato provém de rendas próprias, é um exemplo a ser seguido.

— E a organização de base no Sindicato?

Barcellos: É uma necessidade candente. O norte a ser apontado são Comissões por local de trabalho, que elejam seus delegados sindicais, para os quais não é de hoje, se luta por estabilidade. Isto visando um estreitamento cada vez maior da distância entre a diretoria do sindicato e a base.

Construção Civil/São Paulo

A diretoria do Sindicato da Construção Civil de São Paulo é, seguramente, a mais desmoralizada das direções policiais-pelegas do sindicalismo no Estado. Seu presidente, Décio Lopes, que está no sindicato há 12 anos e concorre novamente ao cargo na entidade, conseguiu a façanha de entrar nas eleições de 14, 15 e 16 deste mês com um colégio eleitoral reduzido para em torno de apenas 4 a 5 mil associados numa categoria de mais de 150 mil operários.

O processo eleitoral nesse sindicato inaugurou-se com uma grande supresa: a inscrição, na última hora, do último dia de uma chapa combativa de oposição (Ver ET nº 133) que logo de início, entrou com um processo na DRT de impugnação por corrupção de 6 dos integrantes da chapa 1.

O presidente, o secretário e o tesoureiro dessa chapa foram admitidos como empregados da empresa que está contratada por eles próprios para concluir as vultuosas obras da Colônia de Férias do Sindicato. Outros 3 integrantes da Chapa 1, sequer pertencem à categoria: concorrem com registro frio em empresas que não recolhem a contribuição sindical na Construção Civil. A DRT tem um prazo de até 5 dias antes das eleições para julgar o mérito e no sindicato corre o boato de que 3 candidatos da chapa 1 estão ameaçando renunciar às candidaturas com medo do julgamento.

Por outro lado, a chapa 2 acumula apenas vitórias. A média mensal de novos



associados passou de 146 nos 3 primeiros meses do ano para 272 novos sócios apenas no mês de julho. Além disso, pela primeira vez, a Justiça do Trabalho em São Paulo concedeu liminar numa ação cautelar de reintegração no trabalho de 3 candidatos da chapa 2 que foram dispensados pelos patrões apesar do direito à estabilidade provisória na condição de candidatos.

Nos próximos dias, já na reta final da campanha, os policiais pelegos terão nas costas duas novas ações judiciais: pela entrega da lista de associados e pelo direito da oposição de indicação de 50% dos mesários, que constitui tradição nas eleições sindicais.

Entretanto, como diz Raimundo Edilson Pereira — candidato à presidência pela chapa 2, "Nós não temos ilusões. O que vale mesmo é a pressão das bases. Os pelegos estão sentindo o peso da oposição e vão usar todos os meios da máquina corrupta para nos derrotar. Mas não vai ser fácil, não".

Construção Civil/Porto Alegre

A campanha dos peões da construção civil de Porto Alegre também está na reta final. Nos dias 9, 10 e 11 deste mês, a oposição sindical concorrerá pela chapa 2 contra os pelegos, agora simpatizantes do Jornal Hora do Povo.

Essas eleições já se realizaram no ano passado, mas foram anuladas por causa das inúmeras fraudes ocorridas. Embora tenham comparecido apenas quatrocentos eleitores, na urna apareceram quase dois mil votos, obviamente favoráveis à situação. A anulação dessa eleição foi a primeira vitória da oposição.

A oposição teve sua origem na greve geral da categoria de agosto de 1979. Naquela época, operários sem experiência sindical, mas com enorme combatividade, aglutinaram-se no comando de greve desbancando a diretoria pelega que era contra a greve. Na época, chegou a ocorrer inclusive, um lance dramático, numa das maiores assembléias da greve, Ricardo Roldino, ferrenho defensor dos HPs e hoje integrante da Comissão pró-CUT saiu da 1ª CONCLAT, desmaiou diante dos operários quando não conseguiu fazer passar sua posição contrária à greve.

A oposição que hoje integra a chapa 2, é a legítima herdeira daquela importante luta sindical e seu programa reflete diretamente aquela experiência. Os comitês de solidariedade nas vilas que se formaram durante a greve transformaram-se na pro-



posta de núcleos sindicais nas vilas. Os sub-comandos de greve que apontavam a descentralização do sindicato transformaram-se na proposta de criação de sub-sedes regionais do sindicato, além da organização da categoria em comissões de obra e a luta pelo delegado sindical com estabilidade.

São três mil operários a votar numa categoria com mais de 50 mil trabalhadores. A disputa vai ser de obra em obra.

Denúncia

Cerca de dez operários do Comando de Greve da FIAT receberam, em suas casas, cartas da direção do Sind. dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, comunicando sua expulsão do quadro associativo, numa iniciativa que nem os piores pelegos do país têm tomado.

O resultado é que a delegação da entidade à CONCLAT foi escolhida sem que esses combativos companheiros tivessem o direito de participar.

Congresso da eleitora gaúcha

Apenas no RGS as seguidoras do jornal Hora do Povo conseguiram levar à frente sua proposta da criação de federações de mulheres, apesar de articulações serem conhecidas também em Minas Gerais e São Paulo, pelo menos. Como não poderia deixar de ser, o "Congresso" se caracterizou pela manipulação eleitoreira das mulheres presentes, que muitas vezes nem sequer sabiam o que estavam fazendo ali.

Da sucursal

“Convenção partidária? Reunião dos partidos de oposição para organizar a tão sonhada coligação? Quem entrasse desavisadamente na Assembléia Legislativa Gaúcha por certo se confundiria. As siglas lutavam por espaço nos cartazes espalhados pelas paredes, nas palavras de ordem das faixas que tomaram o plenário e até no lenço maragato amarrado ao pescoço das integrantes da Ação da Mulher Trabalhista”.

Assim o jornal gaúcho Zero Hora descrevia, no dia 9 de agosto, a abertura do 1º Congresso da Mulher Gaúcha, que reuniu cerca de 3 mil mulheres, a partir da convocação feita por vários tipos de entidades, entre sindicatos, entidades estudantis, clubes de mães, grupos feministas e partidos políticos.

A história deste congresso começa nas comemorações do dia 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), quando as seguidoras do jornal Hora do Povo propuseram em quase todos os estados do país, a realização de Congressos estaduais em agosto, com vistas à fundação de uma Federação da Mulher Brasileira.

Apenas no Rio Grande do Sul, no entanto, onde encontraram o apoio do PDT e de outros setores do PMDB, a idéia foi à frente,

desde sua preparação se caracterizando pela tirada de "delegadas" das formas mais escandalosas, até mesmo por indicação de diretórios de partido político!

E deu no que podia dar: Brizola e Pedro Simon abrem o Congresso, as polêmicas principais se dão em torno da Constituinte e da Federação das Mulheres Gaúchas, enquanto os problemas específicos que as mulheres enfrentam cotidianamente ficaram esquecidos. A Constituinte, depois de longa discussão, foi excluída das deliberações. Quanto à Federação, foi finalmente aprovada, através de manobras da mesa, gritos das "agapistas" para impedir a discussão ("Fora com as grã-finas!") e propostas boicotadas.

A voz das mulheres

Apesar de tudo isso, aqueles que vêm nas mulheres apenas o seu valor como 53% do eleitorado brasileiro não conseguiram fazer calar as feministas e o PT, que participaram do Congresso opondo-se aos métodos de organização e à pauta. "O Congresso é nosso. Por que a voz não é nossa?" ouviu-se do plenário enquanto discursava o ex-secretário de Turismo Mário Ramos, hoje líder do PP.



Brizola e Pedro Simon, na abertura do Congresso

Em manifesto distribuído às congressistas, os grupos feministas Ação Mulher, Germinal, Libertaria e Movimento da Mulher pela Libertação afirmaram que "um congresso de mulheres deve significar o fórum mais amplo de debate e deve ser sustentado por estruturas organizativas de mulheres, por grupos, associações e quaisquer organismos femininos que sejam instâncias de proposta de luta feminista". "Não aceitamos este festival de siglas", concluiu a representante da Associação dos Sociólogos.

O PT, por sua vez, que se recusou participar enquanto partido da organização do Congresso, expressou-se através de um manifesto, cujos trechos principais reproduzimos, pela importância que tem hoje na discussão da relação entre os partidos políticos e o movimento de mulheres em formação.

Manifesto do PT

O PT defende que qualquer movimento autônomo que se forme na sociedade, como os movimentos comunitários, de mulheres, estudantis, sindicais, deve preservar sua plena autonomia frente aos partidos políticos. Defendemos, portanto, que um encontro de mulheres deve resguardar toda sua especificidade e ser convocado e organizado pelo próprio Movimento de Mulheres.

O PT defende que as lutas gerais da sociedade, reivindicativas e políticas, não são tarefas apenas das mulheres, mas da identidade dos interesses sociais e de classe que, aí sim, os partidos representam de forma global e genérica.

Defendemos que o papel principal de um encontro como este é o esclarecimento, a troca de experiências e a definição de lutas comuns que o próprio Movimento de Mulheres, nacionalmente, já vem realizando. Qualquer federação ou forma orgânica diretiva de um movimento que ainda não possui bases sólidas mínimas e perspectivas claras, servirá apenas de biombo para a manipulação do movimento.

As companheiras que militam no PT e que estão no encontro estarão respondendo pelas entidades ou organismos pelos quais foram indicadas e a cujas instâncias decisórias se submetem.

Rádio:

Desde o final de agosto, saiu do ar a voz de Maria Rita Kehl, que, em substituição a Irene Cardoso, falava através da Rádio Mulher para as paulistas. O programa, caracterizado como "de serviços" tratava dos principais assuntos de interesse da mulher e foi cortado sob a alegação de "baixa audiência".

Médicos sanitaristas realizaram estudos com 200 famílias do bairro São Mateus, periferia de São Paulo e constataram que os filhos de mulheres que trabalham fora sofrem mais de desnutrição que os filhos de donas-de-casa.

Segundo os sanitaristas, mais da metade dos bebês de três a dezoito meses de idade, filhos de mães trabalhadoras, são desnutridos. Por outro lado, apenas 8% das crianças da mesma idade, de famílias com a mesma renda, mas cujas mães trabalham em casa, enfrentam problemas de desnutrição. "Além de estarem em situação pior, eles começam a ficar subnutridos muita antes", afirma o prof. Carlos Augusto Monteiro.

A desnutrição infantil atinge, em São Paulo, o estado mais rico do Brasil, 40% das crianças entre um e cinco anos, a idade mais importante na formação. No nordeste, este índice chega a 67,7% da população infantil (dados do IBGE).

Pesquisando as causas da diferença entre os filhos de mulhe-

res que trabalham fora e os que são cuidados pela própria mãe, os sanitaristas descobriram que, na maioria dos casos de mães trabalhadoras, são irmãos que cuidam dos bebês. Estes irmãos, mais velhos, mas ainda crianças, não têm condições, por exemplo, de preparar adequadamente os alimentos ou de alimentarem o bebê na hora certa. "Entre três e dezoito meses os bebês estão na fase mais vulnerável: eles têm estômago pequeno e têm de ser alimentados de três em três ou de quatro em quatro horas", afirma o professor.

Amamentação e creches

Assim, famílias com a mesma condição econômica podem gastar o mesmo com alimentação, mas a comida não é absorvida igualmente pelos filhos. "Onde

Pesquisa prova a necessidade das creches

não existem boas condições sanitárias e crianças são encarregadas de dar comida para os menores, a alimentação acaba até sendo desperdiçada em diarreias e vômitos, por exemplo. "Uma das soluções que o prof. Carlos Augusto apresenta é o incentivo à amamentação natural, com leite materno que, além de mais simples, seria mais barato e mais completo, como aliás, o governo vem divulgando numa caríssima campanha publicitária.

Porém, outro dado da pesquisa é que, do total de mães que trabalham fora, 30% não tinham marido, quer dizer, eram obrigadas a trabalhar para sustentar as crianças. Sabemos também que, com os autais níveis de salário, mesmo a mulher que tem marido

trabalhando é obrigada a garantir mais uma renda para a família.

Assim, incentivar o aleitamento materno é apenas criar mais um problema, pois praticamente não existem creches nos locais de trabalho e o período de amamentação — durante o qual a mulher tem direito à creche e a intervalos no trabalho para amamentar — é, segundo a CLT, de apenas três meses. O professor propõe, portanto, como milhares de mulheres da periferia vêm fazendo, a criação de creches nos locais de trabalho e moradia, além de reafirmar que as mulheres "devem resistir à publicidade do leite artificial" e voltar ao leite materno.

(M.C.)

Adultério:

Foi aprovado na Comissão de Justiça na Câmara o parecer do dep. João Gilberto (PMDB-RGS) favorável a que o adultério seja retirado da lista dos "crimes" segundo o código penal brasileiro. Depois de dois anos de enrolação, parece que a aprovação agora sai. A modificação tem especial interesse para as mulheres, uma vez que a acusação de adultério, normalmente cai sobre a esposa, para conseguir um divórcio ou mesmo para livrar de culpa um assassino "em defesa da honra".

PAULO FREIRE

Paulo Freire, recifense nascido em 1921, é o criador de uma das mais famosas teorias do conhecimento popular. Fixada em livros como *Pedagogia do Oprimido*, *Educação como Prática da Liberdade* e *Cartas à Guiné Bissau*, sua obra está traduzida em 17 idiomas. Membro do diretório nacional do PT, Freire está há um ano no Brasil, e leciona no Pós Graduação da PUC de São Paulo. Nesta entrevista, discute uma prática política para a educação nacional e relata sua extensa experiência internacional, vivida em 16 anos de exílio, por vários países que vivem processos revolucionários.

Por Eduardo San Martín (*)

Não quero convencer o poder

Em todo o País, existe uma reivindicação do movimento estudantil e dos professores no sentido de alterar a Universidade, assim como existem propostas de modificação do ensino de 1.º e 2.º Grau, tanto do Governo como dos professores. Mas ainda não existem propostas orientadoras no sentido de começar a elaboração de um programa. Um programa de luta, de enfrentamento às imposições do Estado e ao mesmo tempo de atuação na área da educação. Para Paulo Freire, esta "chamada crise do ensino brasileiro" está no bojo da crise do sistema, do regime.

Tendo como principal preocupação "pensar a prática que tenho e que outros tem na chamada educação popular", Freire, não se propõe a estabelecer um projeto nacional para a escola brasileira, mas aponta uma série de propostas concretas de atuação no momento histórico. O princípio orientador destas sugestões é ocupar até o limite todos os espaços disponíveis, inclusive os institucionais:

— Hoje eu inclusive incluiria parte da educação sistemática no processo. Alguns amigos discordam, acreditando que a educação só é popular quando a serviço da transformação de carácter mais libertário. Mas acho que você pode ter uma educação numa área popular que seja sistemática e popular, mas não necessariamente esteja vinculada a um processo de transformação. Eu poria como popular as escolas governamentais. Eu digo que não apenas se pode, mas se deve aproveitar os espaços institucionais. Mas isto tem a ver com outra pergunta — como me movo dentro dos limites que este espaço me permite? Antes é preciso conhecer estes limites, que são históricos, e os limites dentro das instituições e da sociedade mesmo. Porque a gente faz o que pode e não o que gostaria de fazer.

Ocupar os espaços

Esta posição de Paulo Freire levou muitos políticos pedagogos a não considerá-lo um legítimo educador revolucionário, pois praticamente toda sua experiência prática dá-se ligada a orga-

nismos públicos. "Acho isto de uma ingenuidade política extraordinária" — argumenta o pedagogo — "É uma incompreensão do que significa uma atuação dentro de uma sociedade que não se revolucionou ainda. Então o sujeito só é educador revolucionário depois que a revolução se faz? E antes, onde é que ele trabalha?".

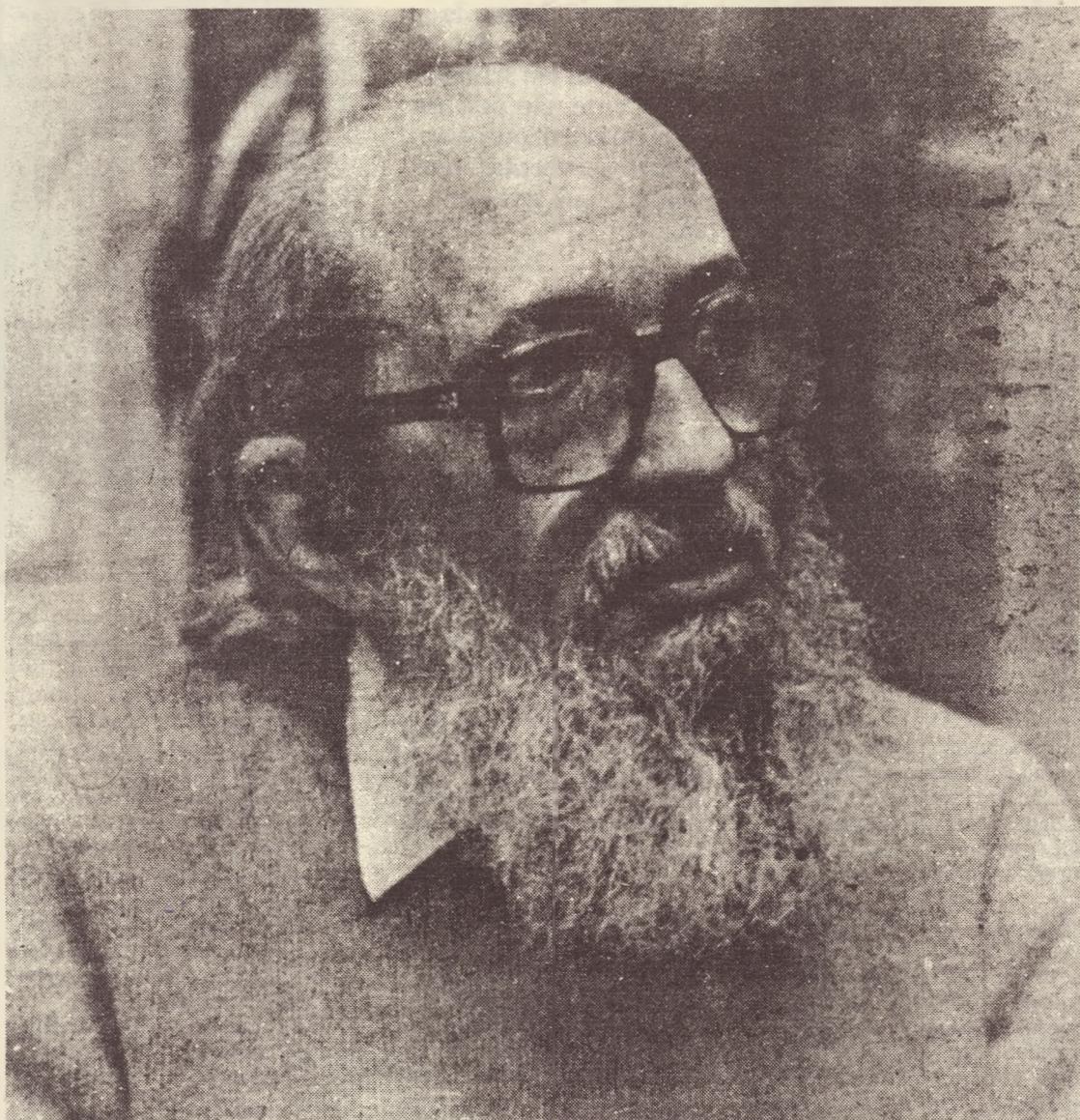
Ainda dentro das críticas que recebe, há a dúvida se, além de ocupar o espaço político institucional, o educador não deveria aí propor reformas ou lutas parciais. Freire discute a questão:

— Nestes últimos anos, o fazer política geral e de categoria profissional criou um espaço novo, ampliou os limites impostos. Mas o debate interno em torno de um programa para levar adiante a luta nestes espaços ampliados está recém começado. Quando a gente pensa na ampliação dos limites, a gente pensa em propor coisas ao poder e eu estou preocupado em propor coisas a quem não tem o poder, para que o conquiste. Não me preocupa muito pretender convencer a quem tem o poder de fazer coisas que são opostas aos interesses do poder. Vejo que nós que gostaríamos de fazer as mudanças nos encontramos pouco para discutir entre nós. Isto seria uma tarefa que deveria ser levada adiante pelos sindicatos e associações de educadores.

Ler a realidade

Neste diálogo interno da categoria, Paulo Freire situa a necessidade de "discutir a politicidade de seus trabalhos e as possibilidades de desenvolver junto aos alunos novas formas de ler o real". Destes encontros setoriais "sairia muito mais facilmente um conjunto de propostas alternativas que seriam feitas a nós próprios". Concluindo seu raciocínio, Freire acrescenta:

— Quando eu digo que me interesso mais pelo diálogo entre nós do que com o poder, não quero assumir uma postura sectária. Mas acho que é a partir de discussões como essas que nós poderemos ter propostas alternativas concretas. Não para pedir audiência com o Ministro A ou B, mas para nós mesmos começar-



mos a implantá-las. Também acho as reformas fundamentais, mas é preciso diferenciar reformas de reformismo. O que eu quero chamar a atenção é que às vezes se tem uma visão contrária a tudo o que é reforma porque é reformismo e não é revolucionário. Acho isto ingênuo. As vezes o que se pode fazer é uma reforma. O problema que me coloco é a intenção política da reforma. Se o objetivo é reformista, eu não estou nele. Mas, mesmo quando o objetivo de quem promove a reforma é reformista, nem sempre as reformas ficam nas mãos deles. Uma reforma pode ser feita para parar um processo, mas pode ter outro resultado.

Relativa Ignorância

Traduzindo suas principais observações sobre o comportamento político do educador na atual realidade brasileira, Freire comenta seu primeiro ano como professor universitário, depois de 16 anos de exílio: "Grande parte da juventude que chega à Universidade vem com uma relativa ignorância, que é normal, mas uma grande curiosidade e expectativa. Em seguida, os estudantes se deparam com a nossa ignorância, assim como nossa menor curiosidade e expectativa. Depois de um semestre, os jovens começam a

perder o estímulo, pois os professores tem muita sabedoria, mas não tem uma sabedoria que saiba compreender a ignorância dos estudantes".

Muitos apontam a nova linguagem da juventude, que Freire associa a "também uma perda do controle da linguagem por parte dos jovens". O autor da *Pedagogia do Oprimido* inocenta a juventude "que cresceu sob o clima de repressão que se viveu" e responsabiliza os educadores, que devem "inventar novas formas de se comportar dentro da Universidade" a fim de recuperar a troca entre corpo docente e discente.

Há todo um mundo de coisas por aí que revelam o descompasso entre a vida e universidade que precisa ser repensado, re-estudado, sem o que as propostas de atuação podem ficar acadêmicas, no ar".

Da censura ao reconhecimento

Embora sua atuação como ensaísta e educador sempre tenha se dirigido para o conhecimento popular, anti-elitista e anti-autoritário, a Teoria do Conhecimento proposta pelos livros de Paulo Freire vem sendo difundida e (teoricamente) até adotada pelo

ensino oficial desde o final dos anos 70, após mais de dez anos de quase banimento de suas idéias. Esta mudança da censura ao reconhecimento dentro do mesmo regime é, para muitos, uma forma de imobilismo: a teoria circula, mas não há espaço para sua prática concreta.

"É difícil a gente medir isto" — comenta o professor — "Admitindo-se a hipótese desta intenção — não há tanto diabolismo assim — não pode ser explicada só pela capacidade de absorção do Estado. Isto acontece no bojo de uma abertura que tem sido manipulada sempre pelo poder mas sai, de vez em quando, das mãos dele. Eu tenho que ter consciência dos espaços em que circulo, pois minha presença é política, para não ser cooptado. Mas isto não me parece acontecer com a *Pedagogia do Oprimido*, pois ela circula em todos os espaços e, mesmo sendo cooptada tem um momento em que ela deixa de ser. É possível que usem certas técnicas com o nome da coisa, ninguém é capaz de evitar isto. Mas tudo se perde no processo histórico. Vejo que muitos falam hoje na *Pedagogia do Oprimido* porque não tem mais medo de tocar no assunto".

(*) colabora Luci Ayala

LIÇÕES DO EXÍLIO

Dentro do quadro geral da inteligência brasileira, Paulo Freire integra a chamada Geração de 45, iniciando sua formação universitária (Direito) ainda sob o controle ideológico do Estado Novo e começando a atuar na sociedade durante a democracia populista dos anos 50. No final desta década, Freire começa a aplicar suas primeiras idéias educacionais na alfabetização de adultos, dentro da ação católica das paróquias de Recife. Em 61, publica *A Educação como Prática da Liberdade*, cujos ensaios anunciam a teoria popular do conhecimento que viria a desenvolver.

Até 1964, suas técnicas de aprendizado ganham reconhecimento nacional através da luta político-cultural desencadeada pelos Centros Populares de Cultura da UNE. Naquele ano, Freire parte para um longo exílio de 16 anos, onde amplia seus estudos e, mais que isto, vive apaixonadas experiências em vários países, desde sociedades desenvolvidas como os Estados Unidos até sociedades em processo de transformação socialista. Colaborou com o Chile de Salvador Allende, com as novas repúblicas africanas (Guiné Bissau, São Tomé, Angola, Tanzânia), além de passagens pela Índia, Austrália, e mais recentemente, a Nicarágua. Com seus livros editados em 17 idiomas, Freire é ainda fundador do Instituto de Ação Cultural de Genebra.

Como educador voltado ao saber da maioria, Paulo Freire relata aqui seu aprendizado nesta trajetória de 16 anos.

Superando o paroquialismo

A convite do democrata cristão Eduardo Frei, Freire trabalhou de 64 a 69 no Chile, onde redigiu sua obra mais famosa, *Pedagogia do Oprimido*. Ali continuou a prática iniciada em Recife sempre "como um acessor, nunca aceitei um posto no poder pois achava contraditório". Lidando com comunidades rurais e urbanas, Paulo Freire aprofundou sua reflexão teórica, e, principalmente, adquiriu "uma maior compreensão da América Latina. O Chile ensinou a nós exilados o

que era a América Hispânica e ajudou a superar o paroquialismo que nos caracterizava". Voltaria ao país para orientar educadores do Instituto de Capacitação e Reforma Agrária durante a experiência socialista encabeçada pelo presidente Salvador Allende.

Experiência Revolucionária

Em 70, Freire foi lecionar na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde aplicaria suas idéias nos guetos de negros e pobres, identificando um terceiro mundo dentro do mundo desenvolvido, com necessidades e comportamentos semelhantes. Veria também que, nestes países, "a maioria são várias minorias". Neste trajeto do Chile para os Estados Unidos, cada vez mais sentiu "suas raízes recifenses", transformando-se num cidadão do mundo "inteiramente pernambucano". Depois de anos percorrendo países e orientando professores, viu que todas estas experiências o fizeram "um andarilho da obriedade". Voltou anualmente aos Estados Unidos, esteve na Inglaterra, na Suíça, na Alemanha e outros países, sempre a convite de universidades ou do Conselho Mundial de Igrejas.

Na segunda metade da década de 70, Paulo Freire parte para as experiências que mais o fascinaram: a participação com os governos revolucionários das repúblicas africanas. Em 71, já estivera na Tanzânia, onde começa a perceber "a dificuldade que apresenta este período de transição entre uma sociedade pós colonial e uma nova realidade socialista". Depois colaboraria na Angola, na Guiné Bissau, em São Tomé, Cabo Verde, Príncipe e, mais recentemente, na Nicarágua e Granada.

Em Granada reunindo-se com o corpo administrativo e educadores, Freire tentou orientar o rumo desta transformação. "A inovação é que não me reuni só com os ministros, mas conversei com os datilógrafos, os boys. Discutia-se projetos específicos, mas também se atacava a problemática global da educação do País". Nestas amplas e variadas experiências, o autor da Comuni-

cação ou Expressão fez um profundo aprendizado, que assim sintetiza:

O que me desafiava nestes países é a relação dialética entre educação e sociedade. Toda organização sistemática da educação (primária, secundária, universitária) é na verdade um sub-sistema da sociedade, e se baseia na forma como a sociedade organiza sua produção. Isto não é uma invenção de Marx, mas uma constatação. Não é a educação que organiza a sociedade. Não é a educação, como entidade poderosa e mágica, chamada Dona Educação, que viaja de espaço a espaço e organiza a sociedade. Inclusive acusam a mim de propor primeiro uma educação fantástica e depois a revolução. Nunca disse isso. O que sempre afirmo é que a revolução é pedagógica. A educação reflete sempre os interesses de quem detem o poder.

Mas esta relação é contraditória, dinâmica. A transformação radical feita numa sociedade através de uma revolução que mude as bases do poder não é suficiente para determinar o surgimento de uma nova educação que apareça mecanicamente depois da chegada ao poder.

A nova educação

Há um período de transição em que primeiro você não pode ter ainda a nova educação porque as relações entre a nova infraestrutura ainda não tiveram tempo para criar sua nova superestrutura, prevalecendo a superestrutura correspondente à organização social anterior. A nova educação não tem bases históricas para surgir, nem materiais. Não há quadros e a sociedade vive um momento de consciência mais rebelde do que revolucionária. Faz-se necessário uma educação com uma nova prática social e isto não se dá por decreto. É preciso uma unidade muito estreita entre produção, educação, saúde, planejamento. Ser tanto quanto possível uma educação que responda a atualidade do transito revolucionário, com a problematização dos educandos em perceber a própria transição e ao mesmo tempo se antecipe às transformações materiais.

Professores de S. Paulo É hora de democratizar o sindicato

Um recital de piano, whisky a vontade e um discurso do Ministro Murilo Macedo foi o cardápio do banquete para 500 convidados selecionados, ponto alto da solenidade de inauguração da nova sede do Sindicato dos Professores de S. Paulo. Foi também o momento usado pelo professor José Leopoldino de Azevedo, presidente do SINPRO, para o lançamento oficial da chapa de continuidade da atual diretoria, que disputará as eleições nos dias 21 a 23 de setembro.

Mais próxima a realidade social do professorado paulista e mais comprometida com as suas lutas, a oposição lançou sua chapa para as eleições, num ato político que reuniu os representantes das Associações de Docentes Universitários e professores de base, contando com o apoio das entidades combativas do magistério de outros estados, e representantes dos partidos políticos de oposição.

A sede recém inaugurada reflete bem a situação atual do sindicato: um casarão de três andares, mármore e lustres de cristais, uma sala para cada diretor e local para reuniões. Um sindicato fechado, que dispensa a participação dos sócios, que não sindicaliza e faz assembleias secretas, sem nenhum processo público de convocação e divulgação.

Democratizar a entidade e valorizar o professor

Mas o sr. José Leopoldino, que há duas gestões participa da diretoria da entidade e agora volta a candidatar-se, conta com alguns trunfos: o apoio da patronal, com quem sempre negocia pelas costas da categoria e o tradicional recurso dos pelegos de esconder até os últimos momentos a lista dos sindicalizados, impedindo a campanha eleitoral da oposição.

A chapa 2 surgiu pela reunião de diversos sindicalistas combativos, professores que enfrentam com seus baixos salários o dia a dia das salas de aula super-lotadas, sem as mínimas condições de trabalho e nenhum apoio do sindicato.

Dessa experiência nasceu a proposta de transformar o sindicato em um instrumento de luta da categoria, democratizando-a para que todo professor possa participar nas decisões dos rumos de sua entidade. Assembleias gerais periódicas e amplamente convocadas, comissões de trabalho abertas que dinamizem todas as atividades sindicais, e a eleição de delegados sindicais por escola são as formas de atuação propostas pela oposição. Com isso a chapa encabeçada pelo professor Orlando Jóia, dos Colégios Santa Cruz e Friburgo, pretende atacar de frente os problemas da categoria. Luta pela estabilidade no emprego e melhor remuneração, combater a prática que vem se tornando sistemática nas escolas de demissões em massa em dezembro e recontração em março pelo salário rebaixado, bem como alterar as formas como são calculados os salários.

Mas além de lutar pelas reivindicações específicas, os sindicalistas da chapa 2 propõe a integração dos professores da rede particular nas lutas comuns do conjunto do magistério e do movimento sindical em geral prestando solidariedade aos colegas de outros municípios e estados, como aos professores da rede pública, comprometendo-se com a luta pela liberdade e a autonomia sindical, contra a intervenção em sindicatos e associações profissionais, apoiando as iniciativas que levem à união de todos os trabalhadores.

(L.A.)

Um novo Diretório Central de Estudantes

Espalhados por uma dúzia de campus em todo o estado os estudantes da UNESP — Universidade do Estado de S. Paulo — avançaram no processo de sua organização e centralização. Nos dias 21 e 23 de agosto, realizou-se em Araraquara o 1º Congresso dos Estudantes da UNESP, com a participação de cerca de 200 estudantes representando 17 das 19 entidades estudantis da Universidade. O ponto alto do Encontro foi a fundação

do DCE-UNESP a aprovação de sua carta de princípios e estatutos, que garantem uma entidade democrática, com canais que permitem a ampla participação dos estudantes nas definições dos rumos de sua entidade central.

O próprio Congresso marcou também a data das eleições da diretoria da entidade para os dias 22 e 23 de setembro, e o prazo de até 14 de setembro para inscrição de chapas.

POLÔNIA:

A revolução política em marcha

Por Wagner Cardoso

Trinta e cinco anos de ditadura stalinista começaram a ruir. Não que essa seja a primeira tentativa ocorrida nos Estados operários do Leste Europeu. Já houve 1956 na Hungria e na Polônia, 1968 na Tchecoslováquia, 1970 e 76 na própria Polônia, mas todos foram derrotados. O povo polonês parece que assimilou bem as experiências anteriores, pois não só conquistou a sua **independência de classe** face ao partido, ao Estado e ao antigo sindicato oficial, como através de massivas greves e manifestações diárias conquistou em abril último o "Sindicato Rural", (com mais de 2 milhões de camponeses privados), além da legalização do "Sindicato Independente dos Estudantes", em fevereiro. A aliança operário-camponês e intelectuais já aparece bem estruturada, uma verdadeira barreira humana contra os burocratas internos e os do Pacto de Varsóvia.

Desde o início da sua mobilização, os poloneses combinaram sempre as reivindicações econômicas e as políticas. Já nas primeiras greves, viu-se que a luta incluía exigências eminentemente políticas: um sindicato independente do Estado, o direito de greve, uma imprensa sindical livre da censura, liberdade de expressão e de religião para todos, acesso aos grandes meios de informação, a libertação dos presos políticos, o fim dos privilégios da burocracia, da corrupção, levantamento sobre os culpados da sangrenta repressão de 1970...

Um novo poder se estabeleceu

Mas os trabalhadores não pararam por aí. Lutas violentas, com repressão e greve geral, mobilizaram as populações de cidades como Bydgoszcz, Lodz e

outras no intento de obter uma redução radical dos poderes das forças de repressão, a expulsão e inclusive julgamento dos dirigentes mais corrompidos e incompetentes do POUP e do Estado. A recente luta dos que trabalham na Cia. Aérea LOT, foi um exemplo notório: querem eleger eles mesmos seus diretores. "Ultraje!", respondeu a burocracia.

Esses são alguns elementos que configuram o movimento de auto-organização em que está inserido o povo polonês. Um **contra-poder** se estabelece, dia-a-dia, contra o poder desmoralizado do POUP, que já encontra descontentes até em seu seio. Nem o exército e as milícias escapam aos novos tempos: no dia 10 de junho último, um "movimento de sub-oficiais" também lançou em Varsóvia, publicamente seu sindicato. São 10.000 membros espalhados por 37 regiões.

A "Renovação" do IXº Congresso do POUP

A tentativa de "renovação" por parte dos "novos burocratas" também não serviu de muita coisa. Depois de condenarem e prometerem julgamento para os da "clique" de Gierek (ex-primeiro ministro chefe do POUP), realizaram o congresso extraordinário do partido comunista. Com isso, pretendiam dar uma nova fachada ao regime, acalmando os setores "duros", cedendo algo para os "radicais", prometendo aos soviéticos "realismo" e "combate à anarquia anti-socialista", além de dar garantias financeiras aos grandes bancos ocidentais. No entanto, as bases "democráticas", os oponentes do partido, exigiram e conseguiram um dos congressos mais democráticos jamais vistos nos países do Leste Europeu: delegados eleitos diretamente pelas bases, debates abertos transmitidos diretamente pela televisão, eleição direta do Comitê Central. A imensa maioria dos delegados, dos quais um terço ao "Solidariedade", dos Comitê Central e do Birô político são novatos. A proporção da renovação era de 80% para os delegados, mais de 90% para os membros do CC e de 13 membros num total de 17 do Birô político. mesmo que, ao final, Kania tenha conseguido

um consenso em seu favor, a realidade do partido e do aparelho do Estado já não é a mesma. O POUP, desde agosto de 1980 já teve 143.500 membros demissionários (75% são operários) e foi obrigado a excluir mais outros 271.000. A crise é profunda.

Walesa: o confronto é inevitável

Por ora, a correlação de forças favorece os trabalhadores contra a burocracia. Mas há um agravante: o contexto de crise econômica criado pela péssima gestão do partido comunista. A burocracia o utiliza, juntamente com as pressões da "nação irmã" soviética, para ganhar tempo, fazer concessões locais e sem um caráter definitivo, ao mesmo tempo em que multiplica os golpes contra o "Solidariedade", tentando sobretudo, dividir os trabalhadores entre aqueles "anti-socialistas", e os "moderados". Sendo nisso, muito ajudados pela efetiva moderação da Igreja.

Os trabalhadores por sua parte, caminham decididamente, às vezes até contra a decisão de suas direções. As greves e ocupações não pararam. As manifestações de rua começaram. A conquista do "Tygodnik Solidarnosc" (Solidariedade semanal), jornal na-

cional do sindicato independente com tiragem semanal de 500.000 exemplares contribui muito, pois centralizou todas as informações e palavras de ordem, que antes só eram veiculadas regionalmente através de boletins.

Neste sentido, o Congresso do "Solidariedade", poderá contribuir decisivamente para a centralização dos esforços. A dinâmica de milhares de lutas diárias, com reivindicações muito diferenciadas, poderá assumir caráter nacional e centralizado. Com ele, o Solidariedade procurará oferecer uma alternativa global à crise política e econômica que o país atravessa (espectro da fome e do desemprego já são reais).

A realização do Congresso, apesar do incessante clima de tensão, pode dar a esse **duplo poder** de fato, uma homogeneidade e eficácia. Logo após o final da greve dos gráficos (a primeira nos últimos 35 anos), em 20 de agosto, Walesa declarava: "Creio que a confrontação é inevitável. Agora vemos claramente que nada se conseguirá sem soluções políticas". Essa é uma prova fundamental do amadurecimento do proletariado polonês. Mostra que a revolução política em marcha na Polônia pode servir de alento a todos os trabalhadores do mundo.



Trabalhadores de Gdansk: aqui tudo começou

Opinião de Lula PT na Polônia

"A grande importância do Solidariedade foi ter demonstrado ao mundo que um regime socialista só é digno desse nome, na medida em que a classe trabalhadora tenha efetivamente o controle desse regime. E para que a classe trabalhadora tenha esse controle é necessário que ela tenha total liberdade de manifestação, expressão e organização.

O movimento Solidariedade veio desmistificar aquilo que determinadas tendências diziam e dizem sobre o movimento sindical nos países ditos socialistas, quando sabemos que aí os sindicatos são apenas correias de

transmissão do único partido existentes. O Solidariedade veio demonstrar que os trabalhadores não aceitam e nunca aceitaram esse tipo de imposição, a não ser pela força.

Acho que a fundação de um Partido dos Trabalhadores na Polônia não pode e não deve demorar muito. Mesmo porque o PT tem melhor resposta para a classe trabalhadora do que o PC.

A comemoração do 1º aniversário do Solidariedade na Polônia é a comemoração de uma grande vitória para os trabalhadores poloneses e para os trabalhadores de todo o mundo".

Tudo começou em Gdansk, em agosto de 1980. E de lá para cá, os trabalhadores poloneses não pararam sua luta. Hoje, exatamente um ano depois, esses 10 milhões de proletários, organizados no sindicato "Solidariedade", iniciam o seu I Congresso em meio a um intenso clima de conflito social, a uma extrema tensão, onde impera o caos econômico gerado pelo POUP.

Até o final de outubro, os milhares de delegados da classe operária irão adotar um programa, novos estatutos e eleger diretamente a direção nacional do sindicato. Um marco fundamental na luta dos trabalhadores poloneses pela conquista de seus direitos, pela vitória da democracia socialista.

Elaborado pelo Comitê de Coordenação Nacional do "Solidariedade", órgão supremo do sindicato, o documento "As orientações do sindicato na situação atual do país" foi divulgado a partir do dia 17 de abril de 1981 para ser amplamente discutido pelos trabalhadores.

O objetivo central do "Solidariedade", segundo o documento, é "defender os direitos, a dignidade e os interesses de todos os trabalhadores."

Além das questões econômicas, o documento estabelece os marcos da luta pela democratização de todas as esferas da vida social, política e econômica na Polônia, "uma luta, profundamente enraizada na história nacional polonesa".

A seguir, publicamos os principais trechos do documento.

1 A crise, a explosão dos protestos e a criação do "Solidariedade" abrem as portas da renovação.

- "Um sistema burocrático, onde um círculo fechado de governantes, aparece sem nenhum controle por parte dos governados. Os membros do aparelho do poder, tomam as mais variadas decisões segundo seus próprios interesses, preocupando-se mais com seus privilégios e suas carreiras que com o bem social. O aparelho burocrático opõe-se sempre a toda reforma e a todas as mudanças susceptíveis de enfraquecer sua posição, seus ganhos e suas influências (...) O sistema político vigente era incapaz e não tinha suficiente força para cuidar de si mesmo. Foi somente através do aprofundamento da crise, após a explosão dos protestos sociais e a criação do "Solidariedade", que as portas das reformas e da renovação enfim puderam ser abertas."

2 O eixo da crise está no desaparecimento da democracia e no abismo que existe entre o povo e o governo.

- "A tarefa do sindicato independente, será de cuidar para que as reformas introduzidas sejam efetivamente executadas no interesse dos trabalhadores (...) O eixo da crise está no desaparecimento das instituições democráticas e, vinculado a isto, o abismo que existe entre o povo e o governo, no sistema da administração pública que vigorou até hoje. Também contribuiu à crise os conceitos e as decisões errôneas relacionadas com a agricultura (o objetivo de eliminar a propriedade individual do campesinato), a preferência pela indústria como centro da produção em detrimento dos bens de consumo e a apropriação pelo governo das cooperativas e as pequenas empresas privadas."

"A profunda crise econômica em nosso país se manifesta primeiramente na enorme e crescente desproporção entre a oferta e a demanda de bens e serviços que existe em toda a economia. A crise que já é antiga, surgiu de uma grave deterioração do aparelho produtivo, incapaz de satisfazer a demanda, tanto quantitativa quanto em termos de variedade. A crise afetou diretamente o nível de vida de toda a sociedade (...) O caráter estrutural da crise se expressa na constante desproporção entre o setor da economia que satisfaz as necessidades do povo e o setor dirigido ao desenvolvimento da produção industrial.

"As causas mais profundas da crise estão inseridas no próprio sistema. Todas as decisões econômicas são monopolizadas pelos principais centros de autoridade, que emitem ordens à empresas individuais com relação ao que, como e quanto produzir(...) As empresas individuais não gozam de nenhuma liber-

dade na determinação do plano de produção ou na seleção dos métodos (...) As reformas econômicas devem ser o resultado de discussões livres e públicas.

3 Os órgãos de autogestão operária devem ter autoridade legal para tomar decisões sobre o funcionamento e as operações da empresa.

- As reformas econômicas devem transformar a estrutura e o funcionamento dos organismos centrais de planificação, os principais centros de autoridade, as empresas socializadas e os demais elementos do sistema econômico."

A participação da sociedade

no processo de planificação e no controle sobre o plano deve ser assegurada mediante a discussão e tomada de decisões abertas no "Sejm" (parlamento), nos organismos locais de autogoverno e nos sindicatos. Este controle tem que estar em estreita relação com o plano estratégico (...) Deve-se outorgar a liberdade de determinar seus planos de produção e métodos às empresas socializadas. As empresas devem ser autofinanciadas, isto é, capazes de cobrir seus custos baseados nos próprios lucros.

"O outorgamento da autonomia das empresas socializadas, causará uma autêntica autogestão operária. Cremos que o estabelecimento de organismos de autogestão operária nas empresas socializadas é um elemento indispensável da reforma econômica. Eles devem ter inclusive a suficiente autoridade legal para tomar decisões efetivas sobre o funcionamento e as operações da

empresa. (...) Devem ter o controle sobre a empresa, sobre os objetivos da produção e venda, sobre a escolha dos métodos de produção e das metas de inversão. (...) Será fundamental a participação dos organismos de auto-gestão no recrutamento e nos despedimentos de diretores. O programa da autogestão operária deverá ser submetido a mais ampla discussão no sindicato. (...) Socialmente, nós seremos uma força auxiliar aos organismos de autogestão e sempre os respaldaremos. Mas deverá sempre existir uma separação clara entre o sindicato e organismos de autogestão."

4 Deverá existir sempre uma separação clara entre o sindicato e os organismos de autogestão.

- "O Sindicato terá estrutura regional e profissional. Assim, com estrutura regional, será garantida a assistência e a solidariedade mútuas entre os trabalhadores das diferentes profissões e centros de trabalho da região.

A estrutura regional garante também, a melhor defesa dos interesses dos trabalhadores e estabelece as melhores condições para negociações com as autoridades e administradores a nível nacional, regional, local e de fábrica."

"Queremos que nosso sindicato seja independente, autônomo e democrático, fonte para a extensão democrática para o resto da sociedade. (...) Frente a isso, todos os membros do sindicato são iguais (...) O propósito da direção sindical é de servir e representar seus membros. Além disso, a honestidade deve ser a pedra mestra do sindicato: todas as negociações com o governo e com os administradores devem ser feitas abertas e publicamente, com perfeito controle das direções (...)



Lech Walesa à saída de uma fábrica de Varsóvia

Corrida armamentista O monstro volta a atacar

O governo Reagan dá um novo ímpeto à corrida armamentista, estimula a agressão nas zonas de conflito e ameaça a paz mundial. Seja na América Central, no Oriente Médio ou no sul da África a ação de Reagan só faz prenunciar a generalização dos conflitos.

Por Roberto Grun

A invasão de Angola pelos racistas sul-africanos não pode ser compreendida fora da atmosfera bélica que o governo Reagan estimula e muito menos sem a cobertura militar, diplomática e econômica que os EUA concede à África do Sul. Procurando retomar furiosamente a iniciativa no cenário mundial, o imperialismo, na verdade, força até o limite a exacerbção das tensões e fortalece a ameaça de um conflito militar de maiores proporções.

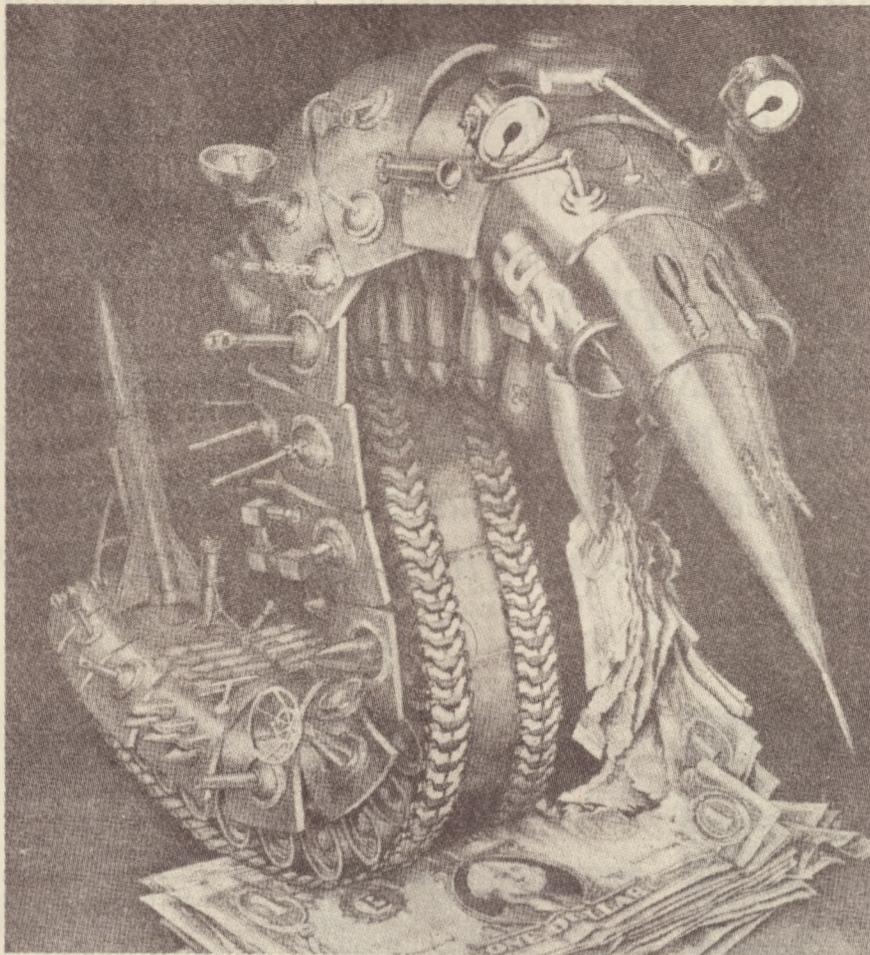
Em 1975, o espetáculo da libertação total do Vietnã, o aniquilamento completo do exército sul-vietnamita criado e mantido a peso de ouro pelos EUA, davam a impressão de que a derrota moral sofrida pelo imperialismo tinha sido tão profunda, tão cheio de desgastes internos, que seria difícil pensar numa reescalada militarista.

Na verdade, o imperialismo não perdeu um minuto sequer na preparação de um novo avanço. As dificuldades na reconstrução do Vietnã, por exemplo, foram exaustivamente exploradas pela propaganda militarista, principalmente em relação aos refugiados que não se adaptaram às transformações econômicas, os chamados "Boat People". A partir daí começa toda uma barragem de informações tendenciosas, tentando passar a ideia de que não há salvação fora do capitalismo e que o "ocidente" tem de estar disposto a defendê-lo.

Estimulando a agressão

Durante o governo Carter, esse processo era encoberto pela chamada "política dos direitos humanos". Com Reagan, a hipocrisia anterior é substituída por uma retórica de agressão e por uma política de provocações ostensivas, no sentido de reinverter a correlação de forças a nível mundial.

O recado é bem entendido pelos regimes direitistas que se apoiam nos EUA e justamente nos pontos nevralgicos onde se dá mais forte a confrontação mundial. Israel lança-se sobre o Líbano, os palestinos e o Iraque. Na América Central, os vizinhos da Nicarágua aumentam o apoio aos contra-revolucionários somozistas; a Argentina oferece tropas à junta de El Salvador, que por sua vez dá o sinal verde para a matança indiscriminada de opositores. Enquanto isso, os EUA estimulam os



diversos países latino-americanos a romperem relações com Cuba, prenunciando um novo bloqueio continental.

O uso da chantagem

É neste quadro que deve ser entendido a escalada armamentista. Até o meio da década de sessenta, os EUA possuíam uma superioridade indiscutível sobre o bloco dos países do Leste. Assim, logo após a Segunda Guerra Mundial, a ameaça da bomba atômica que os Estados Unidos possuíam e a URSS não, fez com que os soviéticos se retirassem do Norte do Irã, no início da década de 50, a superioridade americana conseguida com as bombas de hidrogênio, obrigou os coreanos a aceitar o armistício de 1952, limitou a vitória dos vietnamitas em Diem Biem Phu, isto é, quando os franceses estavam definitivamente cercados, os EUA ofereceram-lhes bombas nucleares para levantar o cerco. As armas não foram utilizadas, mas a chantagem foi suficiente para que os vietnamitas fossem obrigados a entregar a metade sul do país, através de um governo fantoche.

Essa mesma superioridade fez com que os russos retirassem os foguetes que defendiam Cuba em 1962 e aceitassem o bloqueio naval imposto à ilha. Como se pode observar, embora a superioridade atômica nunca tivesse sido utilizada diretamente pelos americanos depois de Nagasaki, ela estava presente em toda a estratégia empregada para frear a luta antiimperialista e anticapitalista.

Em meados da década de sessenta, os russos conseguiram armazenar um potencial atômico equivalente ao norte-americano em capacidade de destruição, embora até hoje não tenham conseguido a mesma capacidade operacional que os EUA possuem. A explosão da bomba de hidrogênio por diversos países, inclusive a China, fez com que a superioridade americana ficasse bastante relativizada. Mas hoje, o progresso da eletrônica abriu uma pos-

sibilidade, pelo menos aparente, de uma tal precisão nos mísseis intercontinentais, que torna impossível a resposta dos adversários.

Uma corrida insana

É nessa corrida que Reagan lança agora os EUA. Com gastos absurdos, o complexo industrial-militar americano prepara uma nova geração de armas nucleares que possa restabelecer a superioridade americana neste campo e, conseqüentemente, o seu poder de pressão sobre a URSS. E exatamente neste momento em que a luta antiimperialista atinge o auge, depois da vitória sandinista na Nicarágua, ante a provável vitória da Frente Farabundo Marti em El Salvador e o apoio cubano à luta antiimperialista na Ásia e África.

Mas não é só no "terceiro mundo" que vale a cartada, pois ela torna também possível o enrijecimento da luta de classes no próprio interior dos países imperialistas, criando-se um clima anti-comunista que serve principalmente para por sob suspeita as organizações operárias e moderar suas reivindicações.

Mas, o grande perigo pode ser avaliado na metáfora: "quem compra uma bicicleta, quer andar de bicicleta". Até que ponto a escalada militarista alucinada de Reagan pode levar a um tal acúmulo de tensões que torne possível até mesmo um conflito nuclear? Já se mostrou que a própria existência do imperialismo é causadora de guerras. E tornou-se célebre a frase de Jean Jaures, líder operário do Partido Socialista francês no início do século, que afirmava que a humanidade capaz de gerar tanto progresso, que tinha feito tantas descobertas, jamais poderia cometer uma insanidade tal que causaria milhões de mortes. Jaures acabou por ser um dos primeiros a cair, vítima entre os outros 20 milhões de mortos que a Primeira Guerra Mundial deixou, trágica testemunha dos atos de insanidade que o capitalismo pode gerar.

Angola invadida O racismo na ofensiva

O ataque sanguinário que os racistas sul-africanos lançaram na semana passada sobre Angola mostra bem os resultados da nova política de confrontação adotada pelo imperialista americano com Reagan à frente. Por mais que a diplomacia norte-americana "lamente a violência", fica claro que quem abriu a jaula de onde saem esses monstros foi o próprio Reagan.

Duas colunas de blindados sul-africanos, com vasta cobertura aérea, invadiram o sul de Angola a partir de suas bases na Namíbia, sob o pretexto de replicar as agressões das forças de libertação da Namíbia. Em seu caminho, praticaram a tristemente famosa tática hitlerista da terra arrasada, destruindo várias povoações: as cidades de Xangongo e Cate que foram profundamente atingidas, além da capital provincial. Aliás, não só nas táticas militares os sul-africanos seguem o exemplo de Hitler, a maioria dos atuais governantes da África do Sul estiveram presos durante a Segunda Guerra Mundial por suspeita de colaboração com os nazistas.

O pano de fundo da atual confrontação é o território da Namíbia, onde Angola apoia a organização nacionalista SWAPO, contra ocupantes sul-africanos, que se apossaram da região na Primeira Guerra Mundial, quando a Namíbia era uma antiga colônia alemã. De lá até hoje não saíram, embora a sua permanência seja completamente ilegal, tende inclusive as Nações Unidas considerado essa ocupação criminosa desde 1970.

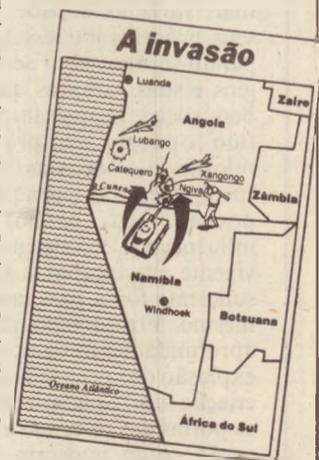
A mais forte ofensiva

A atual ofensiva é a mais forte desencadeada pelos racistas depois da tentativa que fizeram em 1976, logo após a proclamação da independência de Angola, quando juntamente com as forças da UNITA, tentaram derrubar o governo de Agostinho Neto chegando então a sua coluna invasora às portas de Luanda. A partir daí com a chegada das tropas cubanas, eles recuaram, mas sempre mantendo um forte apoio aos guerrilheiros da UNITA. Atualmente, as pretensões sul-africanas se apoiam na posição de Reagan, segundo o qual a independência da Namíbia só poderia ser discutida depois da saída das tropas cubanas de Angola.

Mas, como podem os cubanos se retirar face à disparidade das forças militares em confronto? O exército sulafricano tem um efetivo profissional de quarenta mil homens, e uma força total de quinhentos mil, solidamente treinados e armados. O MPLA ainda não acabou a transformação no seu corpo de guerrilheiros em um exército moderno, isso sem falar da reduzida capacidade de mobilização da população angolana.

Assim, a retirada dos cubanos equivaleria ao suicídio do governo angolano frente aos racistas.

Essa perspectiva só pode interessar aos setores belicistas do imperialismo, que pretendem utilizar ao máximo as posições estratégicas da África Austral, tanto geograficamente, através do controle da confluência entre os oceanos Índico e Atlântico Sul, quanto no aspecto das reservas minerais de ouro, diamantes e urânio que existem naqueles territórios.



Glauber Rocha (1939-1981)

Leão de sete cabeças

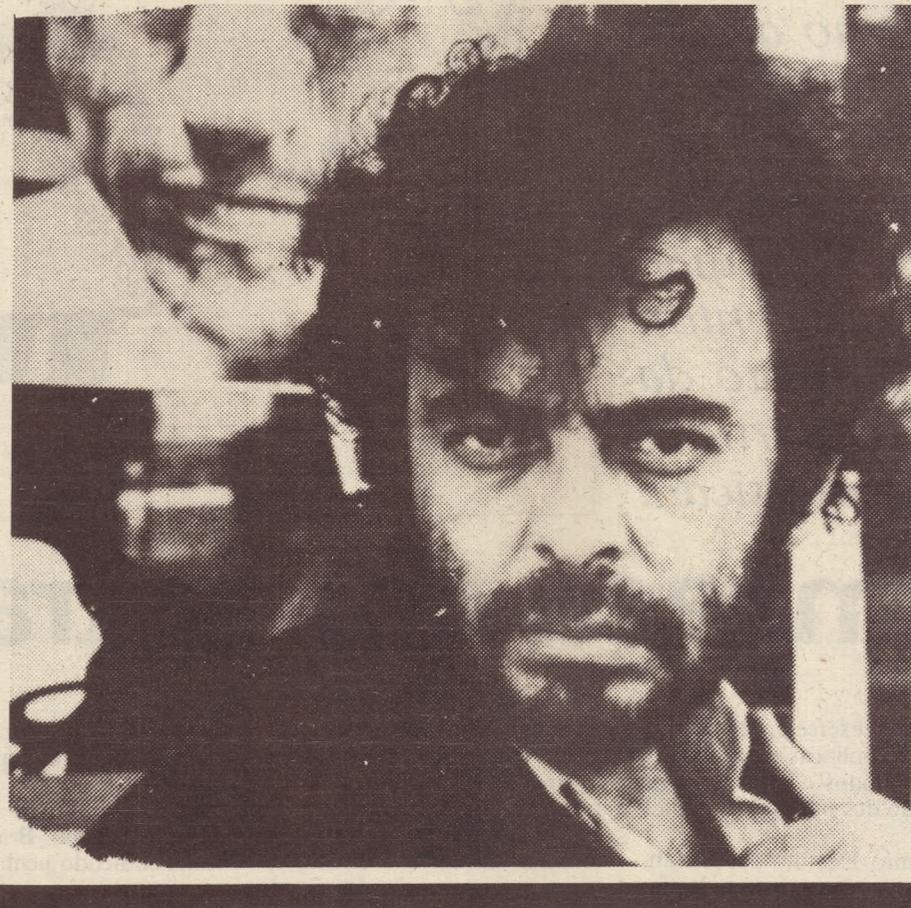
Por João Antônio de Paula

1 Seria mais fácil optar por um dos Glauber Rocha. Sim, porque há vários, ou pelo menos dois. Seus amigos sempre desconheceram o outro, o injusto, o incoerente, o oportunista. Seus adversários, armados de ressentimento e critérios por demais estreitos, preferiram enxergá-lo farsante. Gênio ou blefe? Profeta de uma nova civilização que se erguerá nestes **Brazys** ou mistificador de uma realidade cada vez mais terrível?

2 Glauber bom, é Glauber morto! pareceu dizer a grande imprensa em sua farisaica cobertura. Quem ousará julgar um morto neste país, em que a morte tem sido sempre um passaporte para a perfeição, ou pelo menos, para a complacência? Quem ousará nessa hora, apontar faltas nesse Macunaíma, nesse nosso Salvador Dalí, que fez de Geisel-Golbery o seu Franco? A um gênio tudo é permitido! Ao profeta de um novo **Brazyl**, feito de misticismo e alegria, tudo é permitido!

Quem ousará, nessa hora, dizer que o morto foi injusto, que atacou, agrediu, ofendeu a tudo e todos que não se curvaram ante seu fascínio, seu império? (vide os seus ataques a Jean Claude Bernadet, a Ruy Guerra, mesquinhos e terríveis em seu exagero, em seu desrespeito. Quem ousará dizer que o morto em sua sinuosa trajetória acendeu velas a deus e ao diabo? Quem, finalmente, enterrará o morto reconhecendo todo o seu talento e seus descabros? Quem enterrará o morto, resgatando da tragédia e do caos as luzes brilhantes de uma arte que se recusou repetir, copiar, que inovou, criou, foi aos limites do quanto melhor se produziu entre nós?

3 Os amigos do morto falam que sua morte foram duas. Antes que a infecção pulmonar o matasse, ele já havia sido assassinado, o assassinato cultural da



incompreensão, da falta de apoio, do preconceito, do isolamento. Por fim, a mediocridade já o havia matado.

Na verdade, nessa hora também de buscar os "culpados", os "assassinos", temos que confessar nossa culpa. Esses anos de ditadura vieram condenar o direito à ambiguidade, ao lusco-fusco, ao claro-escuro político-ideológico. A ditadura condenou-nos ao **sim ou não**, ao **preto ou**

branco, ao comigo ou contra mim. Toda ambiguidade, toda ironia que não fosse explícita, toda reticência em denunciar, em repudiar integralmente e a ditadura eram vistos como suspeitos.

Cobramos coerência e atitudes, a qual quer deslize, a condenação ao gelado do isolamento, das desconfianças, foi assim com Vandré, com tantos outros. Essa a nossa culpa. Tínhamos alternativa? Era

possível outra atitude ante todo o horror que se abateu sobre a sociedade brasileira?

4 De resto, uma obra inigualável no cinema brasileiro. Filmes em que temas e personagens transbordam criatividade e vida. Mais do que isso, filmes em que a nossa própria história, nossos problemas mais candentes é que são os personagens.

Em **Barravento** (1962), em **Deus e o Diabo na Terra do Sol** (1967), **Terra em Transe** (1967) e **O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro** (1967) vemos a luta do povo brasileiro, suas limitadas e contraditórias tentativas de superar a alienação e a exploração, desde o misticismo e a violência cega do cangaço, até a solução revolucionária contida em **O Dragão da Maldade...**

Essa trajetória ambígua, sinuosa, é a trajetória de **Antônio das Mortes**, "matador de cangaceiros", finalmente convertido em matador de jagunços pagos pelos poderosos, ao lado do povo, da Igreja, da intelectualidade, que é como o filme coloca a questão.

O exílio forçado pela ditadura em 1969, os filmes **O Leão de Sete Cabeças** (1970) feito na África, **Cabeças Cortas** (1970), feito na Espanha, exercícios de crítica e denúncia do colonialismo e das ditaduras.

5 A volta ao **Brazyl**, a volta atrás, os sonhos de uma nova civilização miscigenada e tropical, a crença no papel progressista dos militares, o misticismo e o mito, a volta à ambiguidade e irracionalismo de seus primeiros filmes, de **Barravento**. O beco sem saída de uma posição que vê nos militares a alavanca da democracia e na mistificação do povo a conquista de uma nova civilização. Delírio e sonho, poesia e cores que seriam belos se não reforçassem ainda mais a imensidão de alienação, exploração e embrutecimento que se abatem sobre nós.

APARTE

O PT gaúcho e o oportunismo

Como responsável pela sucursal de Porto Alegre esclareço as críticas feitas pelos companheiros à matéria citada, de responsabilidade da Sucursal/POA.

- não fazemos um jornalismo de "cabeça quente" nem tampouco pretendemos fazer um jornalismo "neutro" ou "imparcial". Fazemos um jornalismo analítico e opinativo e o assumimos integralmente.
- Os companheiros transferem a crítica que receberam na matéria em pauta para um questionamento dos resultados da Pré-Convenção, coisa que em nenhum momento é tocado na matéria publicada.
- A qualificação de "oportunismo" é explícita e isso é inquestionável. Houve ao nível da CDRP do PT/RS, não só *consenso* mas *unanimidade* na decisão de que a direção regional iria levar uma proposta de chapa para o plenário e que esta seria *defendida por toda a CDRP*, pois havia também *unanimidade* de que esta era a instância que melhor poderia avaliar, nas condições atuais do PT, uma chapa unitária.
- É evidente que numa composição de chapa dessa forma, assumida pela CDRP e com a *medade* dos nomes indicados pelas próprias cidades, portanto, pessoas não apresentadas pela

direção regional, *ninguém* tem a plenitude de sua vontade alcançada. Esse foi o consenso alcançado na Comissão Regional e, em cima disso, o compromisso de que *toda a CDRP* defenderia a chapa apresentada. Isso em nenhum momento foi votado para que os companheiros afirmem que houve "uma imposição de uma corrente".

- Se os companheiros não iriam defender a chapa deveriam ter explicitado *antes* e *assim ninguém*, estaria comprometido a defender uma chapa em nome da CDRP, isto é, nem haveria chapa proposta.

Raul Anglada Pont
Sucursal de POA/Membro do PT/RS

Senhor Redator da Sucursal de Porto Alegre,

A respeito da matéria sobre a pré-convenção do PT gaúcho, onde fomos citados nominalmente como "oportunistas" e não termos respeitado compromissos assumidos dentro da CDRP, vimos contestar veementemente aquelas "notícias", pois entendemos que não podem permanecer devidas correções e esclarecimentos que o respeito às decisões majoritárias do plenário impõe.

Julgamos que a "notícia" redigida pela sucursal RS do EM TEMPO sobre a pré-convenção só pode ter sido fruto de quem, ainda com a cabeça quente, não se deu conta de que as causas de suas "possíveis derrotas" na pré-convenção deveriam ser assumidas

com uma verdadeira postura de um militante do PT e não querendo transferi-las a um ou dois companheiros (como é nosso caso), a responsabilidade assumida pela maioria do plenário. (...)

O fato de termos discordado em plenário de que a chapa indicativa composta pela Comissão Diretora Regional Provisória era de consenso foi por uma imposição de nossa consciência. Não era novidade para os companheiros da CDRP, uma vez que, por reiteradas oportunidades, durante as discussões havidas na CDRP, havíamos alertado os companheiros que a chapa indicativa não refletiria o consenso a ser buscado no plenário, portanto não havia atingido ainda a proposta unitária que poderia e deveria conter. Para fazer estas afirmações nos baseávamos em inúmeras manifestações de vários setores do partido que, inclusive, não obtiveram oportunidade de

diálogo, ainda no momento oportuno, quando da última reunião do CDRP. (...)

Queremos finalizar apelando aos companheiros, para que evitem o sectarismo e o infantilismo político, contribuindo para a verdadeira unidade construída na prática, levando o PT a todos os Municípios do Estado discutindo democraticamente todas as questões, respeitando as decisões majoritárias, por um Partido dos Trabalhadores.

PT SAUDAÇÕES,

CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA
membro da Comissão Nacional do PT)

e PEDRO DE TARSO CARNEIRO

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Flávio Andrade, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Robinson Ayres, Tom Duarte e Valmir Menezes.

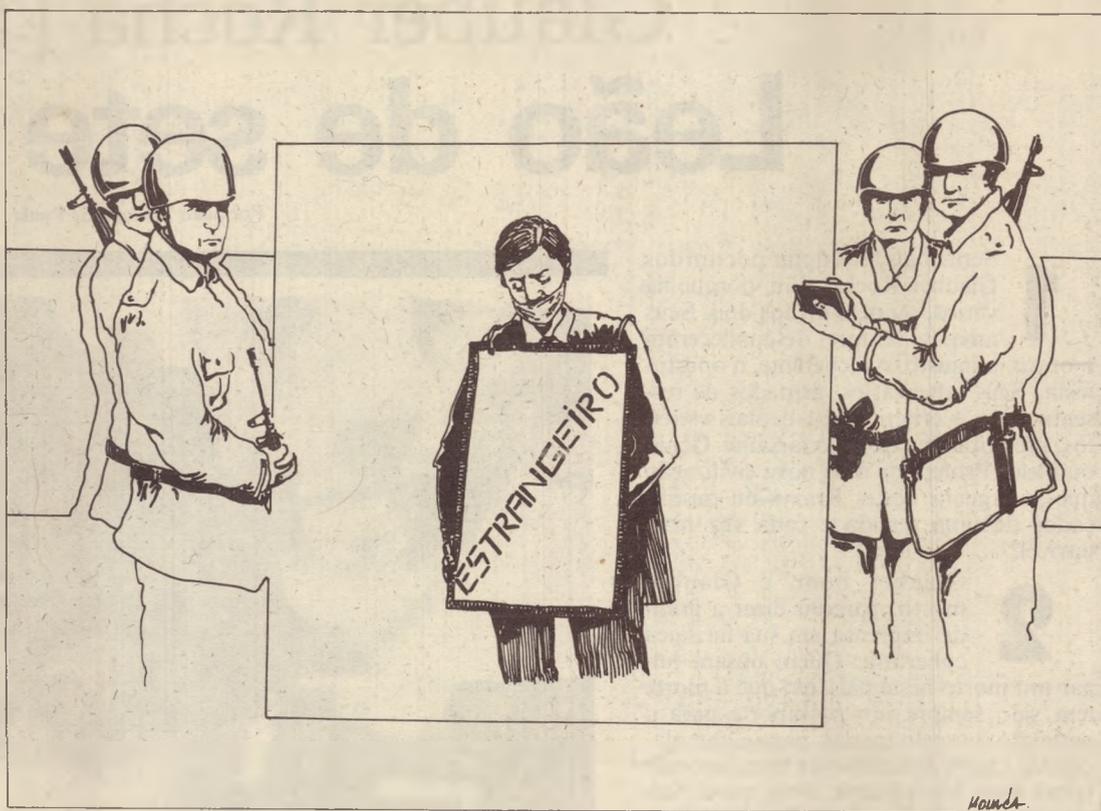
Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880 — CGC. 19.858.067/002-70

Sucursais: Belo Horizonte — Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre — Av. Osvaldo Aranha, 1470. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414

Impressão: Cia Editora Joruês. R. Gastão da Cunha, 49 — São Paulo, fone: 531-8900.

Nos próximos dias será aprovada a nova lei que trata da entrada e permanência de estrangeiros no país. Uma lei que porá em risco a segurança e até mesmo a vida de milhares de refugiados políticos das ditaduras do Cone Sul e que hoje residem no Brasil. E que, vergonhosamente, contou com o consentimento da Igreja e de todos os partidos de oposição.



Nova ameaça aos estrangeiros

Por Hamilton de Souza*

A pesar de não existirem números precisos, estima-se que vivam em situação irregular no Brasil cerca de 500 mil estrangeiros, muitos dos quais clandestinamente outros no aguardo de seus processos de regularização, os quais se encontram congelados há mais de um ano. Desses, a grande maioria é constituída de refugiados econômicos provenientes dos países do Cone Sul da América Latina (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia), que vieram para cá em busca de melhores oportunidades de sobrevivência.

Há, no entanto, entre os estrangeiros em situação irregular, um número razoável de refugiados políticos (operários, trabalhadores de nível médio, profissionais liberais, estudantes, etc), que deixaram seus países de origem por perseguição dos regimes dita-

toriais, por exercerem atividades sindicais e políticas e por estarem comprometidos com as lutas de libertação dos povos da América Latina.

O futuro Estatuto dos Estrangeiros, mesmo apresentando significativas melhorias no trato da questão, quando comparado com a lei em vigor, continua sendo um instrumento essencialmente arbitrário e ditatorial, fortemente marcado pelos compromissos de cooperação entre os regimes do Cone Sul e uma grande ameaça aos estrangeiros, especialmente os perseguidos políticos, que vivem no Brasil.

Primeiro porque a nova lei não reconhece, em condições especiais, o refugiado político, como também não introduz no texto o direito de asilo político diplomático e territorial, reconhecido internacionalmente. Além disso, es-

tabelece que o estrangeiro em situação irregular receberá um visto provisório válido por dois anos, a contar da entrada de seu pedido de regularização, mas continua deixando a critério do governo a aprovação ou não do pedido, assim como o que acontecerá ao estrangeiro após o vencimento do prazo de dois anos.

O não reconhecimento da condição de refugiado político deixa ao arbítrio do governo brasileiro decidir sobre a deportação, a expulsão e a extradição. Considerando-se que um dos requisitos para a expulsão e a extradição é o estrangeiro ter sido processado por "delito comum" em seu país de origem, e considerando-se que todas as ditaduras do Cone Sul classificam de "delito comum" as atividades e ações de caráter político (a luta contra os regimes ditatoriais), o futuro Estatuto não

oferece qualquer garantia ao refugiado político, que pode, a qualquer momento, ser recambiado ao seu país de origem, mesmo que no Brasil ele não tenha cometido nenhum crime.

Argumenta-se, de um lado, que não havendo maiores garantias, a clandestinidade continua sendo a única saída para os refugiados políticos, embora se espere, depois da aprovação da lei, o recrudescimento da ação repressiva da polícia brasileira. De outro lado, o pedido de visto possibilita a esse estrangeiro trabalhar e circular pelo país, com documentação legal, mas identificado e facilmente localizável pelos órgãos policiais brasileiros, que, todos sabem, costumam trocar informações e colaborar com os órgãos policiais dos países do Cone Sul.

A título de exemplo, podemos citar o caso de um dirigente sindical uruguaio, que está no Brasil há dois anos, foi reconhecido como refugiado político pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, mas não recebe, segundo a lei brasileira, o mesmo tratamento. Para regularizar sua situação no Brasil, onde pretende permanecer, ele deve requerer o visto provisório. No entanto, se o governo militar uruguaio pedir sua extradição, o governo brasileiro poderá autorizá-la, já que esse dirigente sindical foi processado pelo "crime" de ter participado de uma greve "ilegal" no Uruguai, onde esse "delito" é considerado comum.

(*) Hamilton de Souza é coordenador de imprensa do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS)

Manobras e acordos inaceitáveis

Por Luiz Eduardo Greenhalg.*

No ano passado, o governo enviou silenciosamente ao Congresso um projeto de lei que regulamentaria a entrada e a permanência dos estrangeiros no país. Era seu interesse aprovar o projeto de lei sem causar grandes protestos por parte da oposição e desgaste na opinião pública. Evidentemente, longe de ser um projeto que, como o governo anunciou, visava defender a mão-de-obra local contra a concorrência estrangeira, se constituía em uma autêntica "Lei de Segurança Nacional" para os estrangeiros.

Para se ter uma idéia de até onde ele feria os mais elementares direitos humanos, basta lembrar que o projeto original estabelecia que todo estrangeiro mesmo aquele que tivesse filhos brasileiros e até os filhos de estrangeiros nascidos no país, seriam passíveis

de expulsão desde que ela fosse considerada de interesse da "Segurança Nacional".

É claro que a partir de dados tão aberrantes como estes, a campanha de mobilização da opinião pública ganhou forças. E o resultado foi que os partidos de oposição, até setores do PDS, entidades democráticas e a Igreja repudiaram o projeto de lei. Porém, utilizando-se de seus casuísmos, o governo fez com que ele fosse aprovado por decurso de prazo. Em contra-partida teve que se comprometer que não o colocaria em vigor, ou seja, que nenhum estrangeiro seria expulso até que um projeto substitutivo à lei fosse aprovado.

O governo traiu o compromisso assumido com a oposição e entidades democráticas e, em menos de um ano, expulsou mais de

200 estrangeiros do país. Só recentemente se viu obrigado a parar de expulsar e prender estrangeiros quando o Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa a um casal chileno que estava sendo expulso. O Tribunal decidiu que o Estatuto dos Estrangeiros não poderia ser aplicado devido ao fato da lei não ter sido ainda regulamentada.

Um acordo inaceitável

Na discussão das alterações no projeto, o governo adotou a tática de não discutir com a oposição em bloco e sim isoladamente, com a Igreja e as lideranças dos partidos políticos. Após um período de negociações a Igreja através do secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, optou por um acordo em que apoiaria o substitutivo apresen-

tado pelo governo. Em troca, recebeu a garantia da permanência dos missionários no país e a garantia de que eles não seriam expulsos a não ser em casos muito especiais.

Depois, um a um, vieram os partidos. Começou a negociação com o líder do PT na Câmara, Ayrton Soares, que após colocar alguns obstáculos, acabou cedendo. E foi descendo goela abaixo da oposição, o consentimento a um projeto que no fundamental não altera o sentido repressivo do Estatuto dos Estrangeiros. Assim, os milhares de refugiados do Cone Sul que procuraram o Brasil, além de se exporem a um cadastramento, poderão ser expulsos do país ao sabor das vontades do governo brasileiro em convênio com as outras ditaduras latino-americanas.

Tanto a Igreja como os partidos de oposição merecem uma censura especial pelo comportamento adotado. De um lado, a Igreja que negociou o seu aval a um projeto que fere profundamente os direitos humanos em troca da segurança de seus missionários. De outro, os partidos que aceitaram alguma modificação de forma no Estatuto em troca, ao que se sabe, do compromisso do governo em divulgar o calendário das reformas eleitorais. E o mais grave é que sequer foram consultadas as entidades de base que lutam pelos direitos dos estrangeiros, bem como as entidades representativas das várias colônias.

(*) Luiz Eduardo Greenhalg é presidente do CBA-SP e membro da direção nacional do PT.